

**Relações de Gênero e os Impactos na Saúde Mental das Mulheres:
A Arte como Ferramenta de Intervenção dos/as Psicólogos/as**

Bruna Ribeiro Lima Barbosa

Brasília
Dezembro de 2021

Relações de Gênero e os Impactos na Saúde Mental das Mulheres: A Arte como Ferramenta de Intervenção dos/as Psicólogos/as

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (FACES), do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) como requisito parcial à conclusão do Curso de Psicologia.
Professora Orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília
Dezembro de 2021

Folha de Avaliação

Autora: Bruna Ribeiro Lima Barbosa

Título: Relações de Gênero e os Impactos na Saúde Mental das Mulheres: A Arte como Ferramenta de Intervenção dos/as Psicólogos/as

Banca examinadora:

Professora Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Profa. Dra. Tania Inessa Martins de Resende

Profa. Dra. Flávia Bascunan Timm

Brasília
Dezembro de 2021

“A arte diz o indizível; exprime o inexprimível, traduz o intraduzível” – Leonardo da Vinci

Agradecimentos

Eu agradeço...

Primeiramente a minha avó materna, Dona Teresinha Dragaud, por ser um exemplo de matriarca, mãe, avó e bisavó. Por sua dedicação à minha criação, seu amor e doçura, por ter me oferecido sempre as melhores oportunidades de estudo e ter acreditado no meu sonho. Você sabe que é meu grande amor!

Em segundo lugar, não menos importante, agradeço aos meus pais pelo amor incondicional e por me impulsionarem a correr atrás do que eu acredito. Inclusive, depois de ser mãe, vocês dois foram meus grandes apoiadores em retomar a graduação, obrigada por esse apoio e incentivo.

Agradeço também ao meu grande companheiro, Bruno, obrigada meu amor por todo o apoio, por me acolher quando eu não acreditava que seria capaz. Você mesmo assim sempre acreditou em mim. Sua cumplicidade, carinho e amor são cruciais durante essa jornada. Obrigada também por cuidar do nosso filho nessa etapa tão importante da minha vida.

Agradeço em especial ao meu filho Gael, que nasceu no final da jornada em psicologia. Filho, você é minha força. O seu amor me ajuda a lutar por tudo que eu acredito, sua vida é o meu maior presente.

Agradeço aos meus outros familiares, enfatizando a presença da Lanninha, minha segunda mãe, e também meus sogros que são minha grande rede de apoio. Dedico também essa vitória de concluir o curso de Psicologia, ao meu Tio Antônio Dragaud e minha mãe, Tereza Ribeiro, que iniciaram a graduação em Psicologia, porém, a vida apresentou outros caminhos e não foi possível a conclusão. Saiba que essa vitória é nossa.

Aos meus amigos/colegas do Uniceub, o curso de Psicologia me permitiu conhecer tantas pessoas incríveis, sensíveis e comprometidas. Cada risada, conversa, acolhimento foi fundamental durante essa jornada.

Agradeço imensamente aos meus professores durante todo o curso de Psicologia do Uniceub, eu tive o prazer de ter contato com profissionais incríveis, humildes, que tiveram toda a paciência e comprometimento durante esse processo. Em especial meus supervisores de Estágio e minha preceptora, vocês foram muito receptivos e acreditaram em mim, nunca vou esquecer de cada momento vivido.

Por fim, agradeço e enfatizo a admiração pela minha supervisora Tania Inessa Resende e minha orientadora Ana Flávia Madureira, vocês são minha grande inspiração dentro da Psicologia, mulheres potentes, sensíveis, humildes e exemplos de profissionais. A vida foi muito generosa comigo em diversos momentos, entre eles me oferecendo a oportunidade de ter trocas significativas e especiais ao lado de vocês.

Sumário

Resumo.....	IX
Introdução.....	1
Objetivo Geral.....	7
Objetivos Específicos.....	7
1. Identidades, Gênero e Luta Feminista.....	8
2. Violência de Gênero e Saúde Mental.....	14
3. A Arte como Instrumento de Intervenção do/a Psicólogo/a em uma Direção	
Educativa.....	24
4. Metodologia.....	33
4.1 Participantes.....	34
4.2 Materiais e Instrumentos.....	35
4.3 Procedimentos de construção de informações	35
4.4 Procedimentos de análise.....	37
5. Resultados e Discussão.....	39
5.1 Estereótipos de Gênero e Saúde Mental das Mulheres: A Sobrecarga Vivenciada no	
Cotidiano.....	39
5.2 Violência de Gênero no Brasil: O Olhar das Participantes.....	45
5.3 Contribuições Educativas e Terapêuticas do Campo das Artes	50
Considerações finais.....	56
Referências Bibliográficas.....	59
Anexos.....	66
Anexo A	67

Anexo B	70
Anexo C	71
Anexo D.....	73

Resumo

Este estudo se dedicou a analisar como as relações de gênero historicamente estabelecidas podem impactar a saúde mental das mulheres. Considera-se necessário analisar criticamente os mecanismos de controle social que contribuem para a manutenção das desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade, fortemente marcada pela tradição patriarcal. As desigualdades de gênero, inclusive na esfera da sexualidade, têm impactos na forma como os indivíduos vivenciam seu sofrimento. A pesquisa envolveu a utilização de uma metodologia qualitativa. De forma mais específica, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas virtuais com mulheres, na faixa etária entre 30 e 48 anos. Para analisar as informações construídas, foi utilizado o método de análise de conteúdo em sua vertente temática, possibilitando análises mais aprofundadas a respeito da temática. Os resultados indicaram que, o fenômeno de violência contra a mulher e a sobrecarga feminina estão presentes em nossa sociedade e são fatores que impactam diretamente na saúde mental das mulheres. A Psicologia, como ciência e campo de atuação, ao reconhecer o campo das Artes como instrumento de intervenção pode contribuir em direções educativas, estimulando o pensamento crítico, e para o desenvolvimento de potencialidades como empatia, criatividade e sensibilidade.

Palavras-chave: Questões de Gênero; Sofrimento Psíquico; Violência de Gênero; Saúde Mental; Intervenções Artísticas.

Introdução

Abordar as questões de gênero e saúde mental não é uma tarefa fácil, é necessário compreender como as relações de gênero na atualidade são constituídas e como se dá o processo de adoecimento psíquico. Através de um olhar atento aos desdobramentos das relações de gênero estabelecidas, é possível investigar, de maneira mais aprofundada, os possíveis impactos na saúde mental das mulheres. Não se nega que os impactos das relações de gênero na sociedade também afetam a saúde mental dos homens, considerando o número crescente de relacionamentos abusivos e contextos de extrema violência na sociedade brasileira.

Dentro da lógica cultural do sistema binário de gênero, a violência é legitimada socialmente como algo intrínseco ao homem, reforçada, muitas vezes, desde sua infância. Esta visão é extremamente nociva à saúde mental dos homens, pois justifica essa conduta apenas com a dimensão biológica, o que não é de fato. De acordo Bourdieu (2005), as relações de gênero são constituídas dentro de uma ordem social, em que simbolicamente é atribuído à dominação masculina, força física e virilidade. Para o autor, a dominação masculina é um caso particular de violência simbólica.

Tal dominação nem sempre é evidente, pode ser também camuflada, no sentido que muitas vezes os que a sofrem, não percebem. A violência simbólica pode se definir num primeiro momento como uma violência “dissimulada”, que por meio de pequenos atos cotidianos são naturalizados e perpassados pela história e a cultura (Bourdieu, 2005). Em sociedades sexistas e machistas, a lógica da dominação masculina sobre o feminino pode ocorrer por diferentes modos, inclusive por meio da violência, legitimando com que os homens, por meio da força física, utilizem como uma maneira de exercer a masculinidade, o direito de ser violento (Bourdieu, 2005).

Para ilustrar o que está sendo discutido, apresentaremos um estudo sobre homicídios realizado pelo “Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes” (UNODC)¹, publicado em 2014, apontando que 95% dos assassinatos no mundo são cometidos por homens. Outro ponto abordado é que os homens também são a maioria das vítimas, sendo 80%, e quando nos referimos às mortes violentas, mais da metade das vítimas são homens com menos de 30 anos. Esses assassinatos ocorrem também, na maior parte, em ambientes públicos e a vítima não tem necessariamente vínculo com o autor.

A partir do que foi problematizado anteriormente, reforço como autora do presente trabalho, que não acredito que ser homem é ser violento, mas, que dentro da visão engessada sobre o que é ser homem, partindo de expectativas sociais ancoradas na masculinidade hegemônica, é esperado socialmente com que os homens reajam com condutas violentas. Considera-se que visões deste tipo impactam diretamente na forma como as pessoas se relacionam, conseqüentemente, levam a diferentes sofrimentos psíquicos, sem considerar a individualidade de ser e sentir, independente da identidade de gênero da pessoa. Com base no que se discute, foi delimitado o seguinte problema de pesquisa: Como as relações de gênero, historicamente estabelecidas na sociedade brasileira, podem impactar a saúde mental das mulheres?

Considera-se, também, que seja necessário analisar criticamente os mecanismos de controle social que contribuem para a manutenção das desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira, historicamente marcada pelo patriarcalismo que reafirma as relações de poder existentes entre homens e mulheres. Essa hierarquia entre homens e mulheres, inclusive na esfera íntima, como a sexualidade humana, tem impactos profundos na forma como os indivíduos vivenciam seu sofrimento (Zanello, 2018).

¹ Estudos sobre homicídios. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37730441>

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)², o Brasil é o país com a maior taxa de pessoas que sofrem com o estresse na América Latina. Nos últimos dez anos, o número de pessoas com depressão também aumentou cerca de 18,4%. O estudo em questão indica também que as mulheres são as que mais sofrem com ansiedade (engloba-se efeitos como fobia, transtorno obsessivo-compulsivo, estresse pós-traumático e ataques de pânico). Nesse sentido, há o interesse em apresentar um olhar curioso e sensível sobre a temática, a fim de analisar as implicações em como homens e mulheres se relacionam na atualidade e os impactos na saúde mental das mulheres.

Em concordância com o que está sendo discutido, apresento indicadores da Organização Mundial da saúde (OMS)³ que apontam o Brasil como o quinto país no mundo mais violento para as mulheres, com taxas alarmantes de feminicídio, sendo que os agressores são geralmente pessoas próximas às vítimas, como parceiros(as) e familiares. Ao focalizarmos estudos sobre adoecimento psíquico e o mapa da violência, nota-se que assassinatos contra homens acontecem em espaços públicos, nos quais não necessariamente a vítima é próxima ao autor.

Já no caso das mulheres, as mortes acontecem geralmente em ambientes privados, como a sua própria casa, e, na maior parte dos casos, a vítima é próxima do autor da violência. Ao comparar estudos dessa natureza, podemos perceber que o gênero, enquanto marcador social, é extremamente importante para o entendimento sobre como as relações entre homens e mulheres são estabelecidas e, infelizmente, como elas têm relações com a violência.

² Organização Mundial da Saúde (OMS) e Nações Unidas, 2016. Saúde mental e Bem Estar. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/saude-mental-depnde-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/>

³ Organização Mundial da saúde (OMS), 2016. Índices de Feminicídio no mundo Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/amp/>

Considerando o número alarmante de violência contra as mulheres no cenário de pandemia mundial, cabe mencionar outro estudo realizado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), juntamente com a Organização Mundial da Saúde (OMS) ⁴, o qual afirma que, ao longo da vida, uma em cada três mulheres são vítimas de violência, cerca de 736 milhões, sendo que sofrem de violência física ou sexual, praticada por parceiros ou não parceiros.

O que preocupa ainda mais é que esse número continuou praticamente inalterado na última década. Ao nos depararmos com pesquisas dessa natureza, percebemos a necessidade de investigar de forma aprofundada sobre o adoecimento psíquico das mulheres, considerando os indicadores apresentados sobre o crescimento de quadros de ansiedade, depressão e síndrome do pânico, cada vez mais comuns nas mulheres, principalmente nas mais jovens.

Dessa maneira, ressalta-se a importância da Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, pois essa pode contribuir para um entendimento aprofundado sobre como os sujeitos, na atualidade, sustentam estruturas históricas ancoradas no binarismo de gênero. Assim, acabam por legitimar certas hierarquias de poder e privilégios que necessitam ser questionados, o que contribui para uma sociedade mais igualitária. Ao perceber os impactos dos papéis socialmente esperados pela cultura em que o sujeito está inserido, podemos buscar novas formas de se relacionar que respeitem a diversidade e a pluralidade de modos de ser e estar no mundo. (Zanello, 2018).

A temática focalizada na presente pesquisa foi escolhida após a autora ter cursado as disciplinas de Estágio Básico I e II, Produção de Artigo e Fórum de Debates III. Todas as disciplinas citadas tiveram como foco os estudos de gênero, principal temática de interesse da

⁴ Mapa da violência contra a mulher, disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>

pesquisadora, englobaram questões referentes à violência de gênero, bem como discussões no campo das artes visuais.

A autora da presente Monografia também possui vivências de estágio na DEAM- Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, em um projeto de extensão do Centro Universitário de Brasília, juntamente com o Provid (Prevenção Orientada a Violência Doméstica e Familiar). E agora, no final do curso, a autora vivenciou experiências no campo da saúde mental, como estagiária do CAPS III- Samambaia- DF, especializado em crises.

Ao ingressar no curso de Psicologia, não imaginava que essas temáticas me tocariam e sensibilizariam, porém ao mergulhar no mundo das artes cênicas durante a minha graduação e paralelamente aos estudos de gênero, percebi que o Campo das Artes ao dialogar com a Psicologia Clínica pode facilitar no processo de ressignificação de vivências de violência, possibilitando um contexto favorável ao empoderamento destas mulheres, na direção de serem protagonistas de suas histórias.

O campo das Artes pode ser aliado da Psicologia, visto que através das experiências estéticas é possível desenvolver potencialidades humanas como a sensibilidade e capacidade empática (Schlindwein, 2010). A empatia é essencial na atuação em Psicologia. Empatia é uma palavra que tem origem grega, *empathia*, significa “paixão” ou ser fortemente afetado por algo. Em alemão, *Einfühlung*, tem como significação o processo de imitação interna, que acontece a partir da apreciação de objetos e das relações. (Sampaio, Camino & Roazzi, 2009).

Acredita-se que o campo das Artes pode ser instrumento de intervenção dos psicólogos, com dimensões terapêuticas e educacionais. Ao considerar também que o ser humano é a única espécie que produz arte, isso demonstra que nós, como espécie, temos a necessidade de criar significados sobre nossas experiências em relação ao mundo que nos cerca e em relação a nós mesmos/as, utilizando signos verbais e não verbais (Madureira,

2016). Ao perceber a importância das experiências estéticas na vida humana, na forma como experienciamos o mundo, consideramos que as artes são uma ferramenta educativa para diferentes discussões, inclusive sobre gênero.

Segundo Laurentis (1994), gênero é um produto de diversas tecnologias sociais, a mais comum delas, a mídia. Portanto, a mídia difunde valores culturais e reafirma frequentemente o que se é socialmente esperado para homens e mulheres. A mídia pode também funcionar como um propagador de estereótipos de gênero. Note-se que é possível fazer também o movimento inverso. A mídia, ao “beber da fonte” das artes visuais, pode ser um veículo que, na contemporaneidade, questiona esses estereótipos de gênero e marcações sociais rígidas (Berger, 1980; Loponte 2002). As expressões artísticas podem se configurar como um poderoso instrumento de intervenção em uma direção educativa, que contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, estimula novas formas de ser, sentir e agir (Madureira, 2016)

Ainda sobre a dimensão educativa, Adichie (2017) contempla análises relevantes a respeito de educar as crianças de um modo em que se questione criticamente os papéis de gênero tradicionais. A educação é uma ferramenta poderosa para estimular reflexões a respeito da sexualidade e gênero, pois apresenta potencialidades que contribuem na direção da desconstrução do sexismo, da misoginia, da homofobia e da transfobia, tão presentes no Brasil na atualidade. Contribuindo assim, para a construção de uma sociedade mais igualitária, que respeite a diversidade e que construa modos saudáveis de relacionamentos.

A presente monografia foi fundamentada da seguinte forma: serão apresentadas três seções teóricas, em que discuto as teorias e conceitos fundamentais da pesquisa. Em seguida, serão expostas as seções metodológica e de resultados e discussão. Essa última foi composta por três subseções com o intuito de analisar os trechos significativos das entrevistas realizadas. Posteriormente, apresento as considerações finais da pesquisa realizada.

A seguir, apresento os objetivos da pesquisa:

Objetivo geral

Analisar como os estereótipos de gênero presentes na sociedade brasileira podem impactar na saúde mental das mulheres.

Objetivos específicos

- 1) Investigar como as mulheres compreendem a violência de gênero e os possíveis impactos na saúde mental em seu cotidiano.
- 2) Analisar as contribuições educativas do Campo das Artes no desenvolvimento de potencialidades referentes à empatia e à sensibilidade na atuação profissional em Psicologia.

1. Identidades, Gênero e Luta Feminista

A discussão teórica da presente Monografia inicia-se com os processos identitários, uma vez que as práticas sociais e culturais orientam os modos de viver dos sujeitos. De acordo com Hall (1997), o contexto social é fundamental para a construção das identidades, que são definidas historicamente e formadas continuamente ao longo da vida do sujeito. Percebe-se que, durante o percurso de vida, é possível que o sujeito apresente diferentes vínculos identitários, múltiplas identidades, pois elas são dinâmicas, construídas ao longo da trajetória de vida das pessoas (Hall, 1997; Woodward, 2000).

Vivemos em tempos nos quais discussões sobre identidades são marcadas por diversas contradições, entre elas, a necessidade constante dos sujeitos buscarem a padronização a todo custo, seja por noções de corporeidade, forma de falar, maneira de agir, indo em uma direção contrária à individualidade de ser e sentir. Nessa direção, Sawaia (2011) afirma que as identidades contemplam a multiplicidade das individualidades, mas que como contraponto, existem dificuldades em lidar com o medo do desconhecido, em que o ser humano se defronta com aquilo que não conhece, não domina.

Experenciamos tempos marcados pela descentralização, fragmentação e deslocamento das identidades, superando, portanto, a ideia de “identidade estável”. Segundo Hall (2011):

A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente (Hall, 2011, p.13).

As identidades, então, são construídas com base na cultura e na história. Ou seja, “é sobre a memória compartilhada por um determinado grupo que as identidades sociais são

construídas e continuamente, reconstruídas no cotidiano” (Madureira,2010, p.44). Essa forma de compartilhamento favorece a construção de um sentimento de pertencimento nos indivíduos em relação a determinados grupos sociais.

A discussão sobre os processos identitários, uma das bases teóricas da pesquisa, utilizará como referencial teórico diferentes autores na contemporaneidade, como por exemplo, Hall (2007/2011), Madureira & Branco (2007) e Woodward (2000), que criticam a visão essencialista e defendem que os processos identitários são mutáveis, não definidos previamente.

Neste sentido, a cultura não representa apenas uma influencia aos comportamentos dos seres humanos. Ela engloba diversas representações e manifestações de dimensão coletiva, perpassando a esfera interpsicológica e constituindo, também, a esfera intrapsicológica do sujeito (Valsiner, 2012). É possível compreender, nesse sentido, a cultura como um sistema dinâmico, que não se constitui enquanto uma realidade que está “fora” do sujeito, mas que se constrói e também é modificada pela ação deste, o que retoma a necessidade de considerar a importância dos aspectos sociais, visto que os processos individuais não ocorrem de modo “isolado” do contexto cultural em que o indivíduo se encontra inserido. (Valsiner, 2012).

A partir da perspectiva da Psicologia Cultural, a mediação semiótica é um princípio de fundamental importância, pois permite a compreensão das articulações entre a esfera intrapsicológica e interpsicológica, conceito que expressa a seguinte ideia: nossa relação conosco e com o mundo é mediada por signos (Madureira, 2018). Nesse sentido, os “signos são fabricados por mentes, e mentes operam por meio de signos. Consequentemente, signos são instrumentos cultivados para nossas relações interiores, mediante a ligação com os objetos no ambiente externo” (Valsiner, 2012, p. 39). Portanto, a partir da imersão do sujeito

em um espaço coletivo e de troca, presentes em toda cultura, é possível interações e construções de diversos significados.

No mundo contemporâneo, marcado por mudanças globais em diversos âmbitos da existência humana, inclusive com o avanço tecnológico, é possível que as identidades constantemente se modifiquem, por meio das relações. Na atualidade, os movimentos de minorias sociais e políticas ganham visibilidade, isso contribui também com debates mais amplos a respeito do machismo, sexismo, LGBTfobia, racismo, dentre outras formas de preconceito, em direção a uma sociedade mais democrática e igualitária, que entenda o sujeito como um ser mutável. A partir da relação com o outro, podemos modificar situações e contextos violentos perpassados por inúmeras práticas discriminatórias.

Portanto, os processos de construção de significados, mediados por diferentes signos, nos permitem criar um distanciamento psicológico (do aqui-e-agora) em que é possível refletir sobre nós mesmos e, assim, construir um futuro (Valsiner, 2012). A partir do que foi explicitado, os processos de construção de significados e a possibilidade de nos distanciarmos da realidade imediata e concreta podem contribuir para o desenvolvimento da capacidade empática, em podermos nos distanciar da nossa realidade particular e nos sensibilizar em relação a diferentes formas de sofrimento.

Nesse sentido, a cultura é um espaço que transmite legados coletivos, tradições compartilhadas, um sistema dinâmico que está em processo constante de produção, tanto individual como coletiva, a partir das ações criativas dos indivíduos e dos grupos sociais que estão inseridos (Madureira, 2018). A psicologia cultural questiona o modelo unidirecional, pois entende que por meio do modelo bidirecional (ou multidirecional) de transferência cultural, o ser humano transforma a própria cultura, ressaltando o papel ativo do sujeito no contexto social no qual está inserido (Valsiner, 2012).

Geertz (1989) traz uma metáfora que possibilita entender melhor o papel ativo do sujeito em relação à cultura. Geertz (1989) compreende o conceito de cultura como essencialmente semiótico, inspirado nas contribuições de Max Weber: “o homem é um animal amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu”. (p. 4). O sujeito, portanto, participa ativamente desse processo, não sendo apenas influenciado. Essa metáfora ilustra o poder constitutivo da cultura em relação ao desenvolvimento humano (Madureira & Branco, 2012; Valsiner 2012).

Portanto, para compreender os processos de construção das identidades, é necessário entender que os processos de significação envolvem relações de poder, incluindo o poder de definir quem é incluído ou excluído (Woodward, 2000). As identidades separam os indivíduos que pertencem e os que não pertencem a determinado grupo, logo, as identidades são relacionais, pois se constituem na relação com o outro. Ao mesmo tempo, as identidades também são políticas, pois envolvem relações de poder historicamente estabelecidas. (Woodward, 2000).

Os marcadores identitários estruturam-se a partir das relações de poder, delimitando as identidades, marcando simbolicamente as diferenças e estabelecendo determinados padrões de “normalidade”. As diferenças que as identidades demarcam são constituídas por diferentes marcadores sociais como, por exemplo: gênero, pertencimento étnico-racial, classe social, orientação sexual, dentre outros marcadores sociais. (Woodward, 2000). Por isso, entender as diferenças se torna fundamental para a compreensão sobre a construção das posições de identidade, em que a diferença pode ser vista de forma negativa, favorecendo a exclusão de quem não é semelhante, ou de forma positiva, considerando as diferenças como expressões da diversidade (Galinkim & Zauli, 2011).

Considera-se de fundamental importância, discutir a identidade de gênero como constituinte da subjetividade humana, não corroborando com a ideia de binarismos entre os

gêneros, de maneira enrijecida que perpetua diferentes formas de preconceito. É necessário compreender o conceito de gênero de modo mais amplo, sendo construído a partir das relações, durante toda a vida do sujeito, considerando o contexto histórico cultural em que se encontra inserido.

Para um melhor entendimento do que se discute, acerca da necessidade de superar essa dicotomia na direção da construção de um contexto social igualitário que respeite a complexidade humana, será abordado, de forma breve, o surgimento e o desenvolvimento do movimento feminista, que possibilitou diversos questionamentos no âmbito social por parte das mulheres ao repensar a respeito dos princípios de liberdade e igualdade. (Louro, 1998; Martins, 2015; Scott, 1995).

O movimento social feminista iniciou-se na virada do século XIX, com a intenção de lutar e exigir igualdade de direitos e cidadania, como melhores condições de salário e direitos políticos. Considera-se de suma importância relembrar as ondas do feminismo e as vitórias já conquistadas, para o entendimento de que os direitos adquiridos na atualidade são fruto de uma luta antiga pela construção de uma sociedade mais igualitária. (Louro, 1998; Martins, 2015; Scott, 1995).

A primeira onda do feminismo é conhecida como sufragismo, e, como o próprio nome indica, o “sufrágio”, as mulheres reivindicavam o direito ao voto (Louro, 1998). O feminismo, em um primeiro momento, reivindicava por igualdade jurídica, o direito ao voto e aos casamentos arranjados. É importante ressaltar que esses movimentos aconteceram inicialmente no hemisfério norte, sendo compostos por mulheres brancas da elite e da classe média (Louro, 1998).

A segunda onda do movimento feminista trouxe consigo a preocupação e necessidade de buscar um aporte teórico nas universidades, por parte das estudiosas e militantes, onde o conceito de gênero é problematizado. Nesse contexto, o movimento feminista contemporâneo

ressurgiu, com grupos de conscientização, marchas, protestos e também contou com mídias como jornais, livros e revistas (Louro, 1998, Martins, 2015).

Por fim, a terceira onda do feminismo é marcada pela concepção pós-estruturalista, reflete sobre as abordagens micropolíticas, contesta as definições essencialistas da feminilidade, apoiadas principalmente nas experiências vividas por mulheres brancas, da classe média/alta da sociedade. A autora Butler (2003) é importante nessa terceira onda, pois ela conceitua a identidade de gênero como performance que pode se dar em qualquer corpo; a autora analisa que o corpo não é algo apenas dado como “natural”, mas uma “superfície politicamente regulada”. A identidade de gênero seria instituída através da repetição de atos performativos, que por meio da fala, gestos e expressões corporais transmitem a sensação de um gênero estabelecido (Butler, 2011).

Com base no que foi discutido, é crucial para a formulação de um projeto político mais amplo repensar a categoria “mulher” para “mulheres”, no sentido de contemplar as vivências de diferentes mulheres, em diversos contextos experienciados, respeitando a diversidade (Martins, 2015). O movimento feminista, historicamente, surgiu a partir das lutas de mulheres brancas da elite e da classe média, mas as desigualdades não são vividas da mesma forma por parte de cada mulher. Infelizmente, como mencionado neste trabalho, existem diversos marcadores sociais que contribuem para uma sociedade excludente e preconceituosa.

Marcadores sociais como, por exemplo, pertencimento étnico-racial, orientação sexual e classe social. Sem contar que uma parte do movimento feminista radical ainda não é a favor de incluir mulheres trans na luta. Portanto, reforço a necessidade de reconhecermos diferentes lugares de fala que respeitem a multiplicidade humana. O movimento feminista, na atualidade, é representado por vozes diversas, como as mulheres negras, periféricas, indígenas, asiáticas, trans etc. (Martins, 2015).

2. Violência de Gênero e Saúde Mental

Como discutido na seção teórica anterior, gênero é um importante marcador social, sendo necessário considerá-lo nos processos relativos à saúde mental. Em sociedades sexistas, como a brasileira, torna-se pessoa é tornar-se mulher ou homem. Portanto, é necessário desconstruir esse binarismo que influencia diretamente no processo de subjetivação das pessoas e pode ter relações, diretas ou indiretas, com o adoecimento psíquico (Zanello, 2018).

No fim do século XVIII, através de diversas mudanças políticas, sociais, históricas e com o desenvolvimento do capitalismo, que possibilitou uma certa mobilidade social, os homens e as mulheres foram caracterizados como “essencialmente” opostos, que deveriam exercer tarefas bem distintas (Laqueur, 2001 citado por Zanello, 2018). Sendo assim, tarefas públicas foram associadas aos homens, e às mulheres, tarefas privadas. (Zanello, 2018).

Aos homens, foram atribuídas socialmente características vinculadas à noção de masculinidade hegemônica, como: força, agressividade, virilidade, o comportamento “predatório” e, conseqüentemente, o “consumo” de mulheres. Esses estereótipos de gênero, ancorados em visões sexistas, também foram atribuídos às mulheres, só que associados a diferentes expectativas sociais como: fragilidade, maior vulnerabilidade física e emocional, submissão e inferioridade. Tarefas relacionadas a cuidar do lar, filhos, marido ou comportamentos considerados “atrativos” para o olhar do homem. (Zanello, 2018).

Nota-se que, em sociedades sexistas, as diferenças entre homens e mulheres são legitimadas com construções sociais divergentes a respeito dos corpos. O sexismo é uma construção cultural com noções rígidas entre os gêneros, através do enrijecimento das fronteiras simbólicas entre a feminilidade e a masculinidade são demarcadas diferenças. Isso contribuiu para a manutenção de uma relação hierárquica entre os gêneros, em que são atribuídos valores positivos à masculinidade, e de “menor destaque” à feminilidade

(Madureira & Branco, 2012). Essas diferenças também são simbolicamente demarcadas através de artefatos culturais, como roupas, brincadeiras, brinquedos, maneiras de se relacionar e agir, as quais são intensamente legitimadas socialmente. (Bento, 2008).

Portanto, é possível afirmar que “gênero seria uma divisão sexual imposta aos sexos, a qual transformaria a fêmea em mulher e o macho em homem. Em nossa cultura, essa organização caracterizaria pela heterossexualidade obrigatória, pelo binarismo e pelas restrições da sexualidade feminina” (Zanello, 2018, p. 44). As noções de feminilidade e masculinidade estão enraizadas na cultura e nos papéis sociais esperados para homens e mulheres.

Conforme a discussão apresentada, a visão essencialista contribuiu para a visão dicotômica entre homens e mulheres, reforçando os papéis já estabelecidos para justificar a dominação masculina (Vasconcelos, 2015; Bordieu, 2005). A autora do presente trabalho aborda a necessidade de desconstruir ideias que corroborem com a dominação masculina sustentada pelo binarismo de gênero, considerando que perspectivas desse tipo, ao longo da história, contribuíram para um longo sofrimento físico e psíquico das mulheres.

A partir do pensamento sexista de que as mulheres estariam em uma condição inferior, eram concretizadas e “justificadas” situações de domínio e submissão. Desse modo, a domesticação da mulher, dentro da lógica cultural de sociedades de tradição cristã, é de renegar o seu lado carnal e torna-se criatura de Deus. O controle social atua sobre o corpo das mulheres, sobre a sexualidade e ações, que devem ser rigidamente controladas para evitar o “potencial demoníaco” associado às mulheres. Nesse sentido, Madureira (2016) discute que:

Com exceção de Maria, mãe de Jesus, as demais mulheres seriam consideradas como seres demoníacos, perigosos, pois ‘desencaminham’ os homens, afastando-os do ‘caminho da salvação’. A sexualidade e o corpo das mulheres, portanto, deveriam ser

objetos de forte controle social, a fim de impedir que elas pudessem ‘dar vazão’ ao potencial ‘demoníaco’ subjacente à feminilidade (Madureira, 2016, p.72).

Portanto, os estereótipos associados à feminilidade foram moldados pela sociedade patriarcal. Além da dimensão religiosa, o modelo econômico também influenciou o destino das mulheres de classes mais altas da sociedade ao casamento e às tarefas privadas (Vasconcelos, 2015). As mulheres são educadas para sempre estarem convencidas da suposta superioridade da virilidade dos homens, e, por isso, orientada, durante a sua existência, a aceitar a passividade.

A feminilidade é forjada socialmente, assim como a masculinidade, e define limites aos quais meninas/mulheres devem ser confinadas. Diante dessa limitação difundida em relação ao gênero feminino, a mulher se constitui como aspecto secundário da sua existência, ensinada a servir e cuidar dos outros. Ou seja, seu valor humano só passa reconhecido enquanto se molda a desejos de terceiros, no caso, os homens (Vasconcelos, 2015).

A partir do que foi discutido, Berger (1980) afirma, de forma crítica, que a mulher existe para e pelo olhar do outro. É ensinado às mulheres, desde a infância, que sua visão de si só está completa se houver em conjunto a apreciação e aprovação por parte do outro. A mulher, portanto, deve estar sempre disposta a agradar, entender, satisfazer às necessidades do outro. A feminilidade implica, muitas vezes, uma divisão de si, a parte de si que é vigiada e a parte de si que é vigilante (Berger, 1980). A mulher, então, está em constante processo de atenção em relação a si, sua forma de agir e se portar em determinados contextos, buscando sempre a aprovação do outro (Berger, 1980).

Com base no que foi exposto sobre os mecanismos históricos e culturais que regulam os corpos, o controle social atua diretamente sobre as mulheres em dimensões corporais, em relação à sua sexualidade e seus comportamentos, que devem ser rigidamente vigiados e controlados. As mulheres, a partir da dominação masculina, são representadas como objetos

simbólicos, em permanente estado de dependência simbólica dos homens (Bourdieu, 2005). Essa violência pode ser extremamente sutil, ao incorporar os valores sociais e históricos, o que torna ainda mais complexo romper com essa lógica cultural que fomenta a violência.

Na obra do filósofo francês Michel Foucault, “A história da Loucura”, o autor aborda a experiência do sofrimento psíquico ao longo da história do mundo ocidental. Foucault (2008) estuda a estrutura da exclusão dos corpos, afirma que a loucura não é um objeto natural e está presente desde os primórdios da humanidade. Desse modo, o conceito de loucura é uma criação, não um objeto a priori, ao atribuir significações sobre essa experiência sensível da humanidade ocorreu a construção dos sentidos atribuídos hoje aos transtornos mentais.

Nesse sentido, as doenças mentais são um processo de criação permanente, ao longo da história, sobre essa dimensão humana. A própria definição de loucura é modificada e ressignificada no tempo. Para exemplificar, Foucault (2008) aborda que, na Idade Média, os sintomas de alucinação estavam atrelados à possessão demoníaca, uma cruzada contra os hereges, que tinham como punição serem queimados na fogueira, a fim de controlar comportamentos ditos como “desviantes”. Nesse exemplo, as mulheres que se desviavam do que “a moral e os bons costumes” da época estabeleciam, eram vistas como bruxas, pois, sobretudo, não cumpriam o papel que era socialmente esperado delas.

Ao trazer a dimensão da sexualidade humana no debate sobre gênero, Foucault (2008) contribuiu para a discussão a respeito da sexualidade, em que o sexo biológico se torna uma pretensa para a discussão política, na medida que pautou disciplinas e controle dos corpos. O sexo é uma forma de poder que organiza a manutenção da vida. No exemplo da histerização

do corpo da mulher, essa é submetida a técnicas disciplinares para cumprir com os princípios reguladores que teriam como objetivo resguardar o futuro da espécie.⁵ (Belintani, 2003).

As mulheres são vigiadas em relação à sexualidade, confinadas em diversos controles medicamentosos e sociais (Vasconcelos 2015). Com o surgimento da psiquiatria contemporânea no século XIX, a racionalidade sobrepõe o pensamento místico e religioso, porém, não muda drasticamente o cenário a respeito do controle dos corpos femininos. É utilizado como premissa, e com o aporte da medicina, que as mulheres poderiam ser internadas em manicômios por motivos como gostar muito de sexo, não querer casar e ter filhos, perder a virgindade antes do casamento. Ou seja, diversos horrores, em termos de desrespeito aos direitos humanos, foram “justificados” a fim de manter o controle dos corpos das mulheres através da internação compulsória (Vasconcelos 2015, Belintani, 2003).

Na Grécia Antiga, Hipócrates, denominado o pai da medicina, afirmou uma velha teoria: o útero, quando frustrado, desencadeava uma doença orgânica. O “útero errante”, seria a causa de sintomas como irritações, angústias, convulsões etc. A doença, portanto, foi batizada de histeria, que do grego *Hýstéra* significa útero. As mulheres histéricas foram estudadas por muitos anos, e o tratamento era pautado, na maior parte dos casos, com o aconselhamento sobre a necessidade de se casar e a concepção de herdeiros. (Belintani, 2003).

Nesse sentido, a presença de um útero seria uma justificativa para a desobediência de padrões sociais que eram impostos às mulheres, estigmatizadas socialmente. Infelizmente, o sofrimento psíquico das mulheres tem relações diretas e profundas com o machismo e o patriarcado (Vasconcelos 2015, Belintani 2003, Zanello, 2018).

⁵ Sugestão para ampliar à discussão: A obra literária distópica, “O conto da Aia”, de Margareth Eleanor Atwood. Apresenta contribuições relevantes para a discussão a respeito de “resguardar o futuro da espécie”.

Com o avanço da psiquiatria, a partir do século XIX, a histeria deixa de ser uma condição abstrata atribuída às mulheres e passa a ser explicada a partir do mecanismo psíquico intitulado neurose (Belintani 2003). A angústia e a tristeza das mulheres “ganham status” de doença mental, ligada a fatores biológicos por questões hormonais. As mulheres, ditas como “loucas”, passam a ser confinadas em outro lugar, diferente do seu núcleo familiar e do seu lar: os manicômios.

Segundo Zanello (2018), a medicina ainda observa o fenômeno do adoecimento psíquico apenas por uma óptica, restrita à dimensão física. Considerando apenas fatores hormonais, o que dificulta o entendimento a respeito desse fenômeno multifacetado, sobre as causas do sofrimento feminino. Ignora aspectos sociais, como as raízes históricas-culturais do sexismo, o controle dos corpos das mulheres, conseqüentemente, o contexto alarmante de violência contra as mulheres no cenário mundial no decorrer da história. A falta de equidade nas relações de gênero está presente, na atualidade, em diversos setores, por exemplo, no mercado de trabalho, em que mulheres ainda ganham menos do que os homens e possuem dupla jornada: o trabalho público, e, após isso, o trabalho doméstico, como cuidar das atividades de casa e dos(as) filhos(as).

Novamente, como autora da presente Monografia, discuto diferentes dimensões do espaço ocupado pelas mulheres ao longo da história, a fim de que possamos compreender que o fenômeno da violência contra as mulheres é algo antigo e estruturante. A forma como criamos meninas e meninos ainda é ancorada nos estereótipos de gênero, no sexismo, em noções rígidas a respeito da sexualidade. Infelizmente, ainda corroboramos, muitas vezes, com o binarismo de gênero e as estruturas historicamente hierarquizadas a respeito do corpo feminino.

O contexto histórico de repressão ao corpo feminino, a redução ao caráter biológico, justificado pelos fatores hormonais, doenças estudadas por homens a fim de justificar a

“vulnerabilidade psíquica e física das mulheres”, todas essas visões extremamente estigmatizantes sobre as mulheres, juntamente com a atual pressão estética a todo custo e o aumento do cenário de violência contra a mulher no Brasil são aspectos que podem contribuir para um profundo adoecimento psíquico das mulheres.

Desse modo, a masculinidade hegemônica esperada socialmente, está atrelada às noções de poder, à virilidade, à ação, à dominação patriarcal, à força e à violência em diversos graus. O falo é utilizado como uma arma simbólica, um instrumento de força e violência; o corpo da mulher surge, então, como um alvo dessa violência, socialmente visto como passivo, submisso e frágil (Parker, 1991).

Cabe destacar que essa “sistemática violência contra as mulheres têm uma relação profunda e direta com a abjeção aos gays femininos, aos meninos femininos, às travestis, às transexuais” (Bento, 2012, p. 365). Tal afirmação destaca que as crenças e construções ancoradas na heteronormatividade, na masculinidade hegemônica e na noção perpassada historicamente do corpo feminino como frágil e vulnerável, atribuído à noção sexista de inferioridade e passível de violência no sexismo. Portanto, é necessário repensar e ressignificar essas crenças e expectativas sociais acerca das masculinidades, visando a saúde mental de todos/as socialmente (Bourdieu, 2005 e Zanello, 2018).

Nesse sentido, Segato (2003) menciona o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1977, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que constata que nenhuma sociedade no mundo trata suas mulheres da mesma forma que trata seus homens. Essa afirmação permite perceber as desigualdades presentes ainda na atualidade nas relações de gênero. A violência é, portanto, um fenômeno social complexo e multifacetado, e está intrinsecamente associada às relações de poder (Chauí, 2017).

Ao abordar a violência de gênero, foco da seção, lidamos com o fato de que essa violência é contra as mulheres e contra, em um sentido mais amplo, pessoas que estão em

posições socialmente consideradas como “feminizadas”. É necessário considerar a multiplicidade de fatores interligados a essa violência, bem como os impactos na vida desses sujeitos que são alvos dela (Almeida, 2014).

Na maioria das vezes, as mulheres vítimas de violência apresentam problemas que não se reduzem às consequências imediatas dos atos violentos vivenciados, com interfaces que precisam contar com o aporte interdisciplinar, como as cicatrizes deixadas na vida sexual, afetiva, social e profissional (Oliveira et al., 2005). Percebe-se que a dominação masculina é uma condição social, que envolve a reprodução cotidiana de discursos que buscam “justificar” as desigualdades existentes nas relações entre homens e mulheres (Bourdieu, 2005).

Nesse sentido, Zanello (2018) discute questões significativas a respeito da subordinação das mulheres, que passaria por sua identificação total com o seu corpo: a capacidade de gerar vida (procriar) e uma função social, que a autora apresenta como “maternar”. Essa visão ainda é presente na nossa sociedade, que se observa um ideal de “maternidade”, construída culturalmente como da “essência” feminina, que é exaltado não como uma obrigação, mas como uma verdadeira prova de “feminilidade”.

O corpo feminino, pensado em uma cultura falocêntrica, foi percebido e significado ao longo da história, como um corpo insuficiente em relação ao corpo masculino. Ao mesmo tempo, essa “insuficiência teria como contraponto o poder da maternidade, sendo a mulher identificada como geradora da vida e da morte, desde os primórdios da civilização. (...) Sem dúvida alguma, dá para refletir que, no mundo contemporâneo, a feminilidade pode ocupar espaços distintos da maternidade; contudo, não seria errôneo afirmar que essa ainda parece ser uma das funções mais organizadoras de tal categoria (Novaes, 2011, p. 498)

Através de livros e histórias infantis é difundido que a mãe ideal é aquela docilmente a serviço de seus filhos e de seu marido. Essas visões enraizadas culturalmente podem ter impactos severos na saúde mental das mulheres, visto que tal dispositivo materno (Zanello, 2018), muitas vezes, está relacionado à culpa, uma forma de controle social. Falhar no que a autora apresenta como dispositivo materno coloca em risco a aprovação social e o amor das pessoas ao redor, sendo um desafio doloroso para as mulheres questionar tal norma (Zanello, 2018).

A maternidade também é uma forma de legitimar o feminino, no sentido de “a mulher nasce para ser mãe”. Essa frase, na perspectiva desta autora, como pesquisadora, é extremamente problemática. Reforça o binarismo de gênero e associa a maternidade a algo restritamente biológico, justificando a necessidade de devoção ao outro, sacrifícios a todo custo, como uma expressão do suposto “instinto materno”. Essa visão acerca da maternidade é nociva à saúde mental das mulheres, pois restringe a sua existência a apenas à procriação.

Considera-se importante problematizar também o conceito família, visto que as estruturas históricas ancoradas no binarismo de gênero restringiram as condutas das mulheres ao âmbito da maternidade e ao casamento, principalmente nos casos das mulheres brancas e de classe média alta, pois mulheres negras e periféricas sempre trabalharam e tiveram que lidar com diferentes demandas. É necessário considerar as diversas possibilidades de ser, vivenciar a sexualidade humana e relacionar-se, incluindo novos discursos sobre o que significa a instituição “família”.

A instituição familiar está em constante modificação, apresenta-se como um fenômeno social, com fatores históricos, políticos, culturais e econômicos. Desse modo, percebe-se que a supremacia masculina legitimou valores instituídos pelo patriarcado, atribuindo maior importância às atividades ditas como masculinas; sobre as tarefas femininas, foi legitimado o controle do corpo, da sexualidade e da autonomia das mulheres,

estabelecendo, assim, uma hierarquia nas relações, nas quais o masculino possui mais vantagens e prerrogativas (Mariano, 2016).

Nesse sentido, acredita-se que deve ser repensada a forma como nos relacionamos. Para isso, cabe mencionar as contribuições de Heilborn (2004), que discute o conceito de casal igualitário. Tal conceito enfatiza a importância da amizade e do companheirismo no vínculo conjugal. Reforça, também, valores como igualdade, liberdade e reconhecimento da singularidade dentro das relações íntimas. Apresentamos esse conceito porque é necessário repensar os relacionamentos amorosos, em uma construção mais saudável, que reconheça o diálogo como um princípio fundamental, através de relações horizontais, sem hierarquia de papéis e com um acordo de cooperação mútua entre o casal (Heilborn, 2004).

Acredita-se que compreender os mecanismos de controle socialmente e historicamente perpassados é uma forma de entender, também, o quanto estamos adoecidos hoje, como sociedade, e porque isso impacta diretamente na forma como nos relacionamos. Finalizo essa seção reforçando a necessidade de nos relacionarmos de forma mais igualitária, sem uma hierarquia nas relações íntimas e no exercício da sexualidade. Ao refletir sobre o fenômeno de violência de gênero, percebe-se que só é possível a construção de uma sociedade mais igualitária, que defenda o direito da liberdade de ser e sentir, através do debate crítico e reflexivo, descobrindo novas formas de se relacionar, considerando valores essenciais, como o companheirismo, a amizade, a cumplicidade e o respeito.

3. A Arte como Instrumento de Intervenção do/a Psicólogo/a em uma Direção Educativa

Tendo em vista a discussão teórica apresentada anteriormente, o presente trabalho analisa os possíveis diálogos entre o Campo das Artes e a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional. Como graduanda em psicologia, considero que as diversas expressões artísticas existentes podem ser instrumentos de intervenção para os/os psicólogos/as em uma direção educativa, ou seja, podem contribuir para o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, para o desenvolvimento da sensibilidade e da empatia na desconstrução de práticas discriminatórias.

Mas afinal, o que é o Campo das Artes? Ao buscar o significado no dicionário Aurélio, verifica-se que a palavra “arte” é originada do latim e significa *habilidade* (Ferreira, 1999). Pode-se afirmar que a arte é uma expressão que traz consigo a complexidade humana através de suas manifestações e criações. Existente há milhares de anos, a arte é um reflexo da cultura e da época vivida (Santaella, 2012, Barroco, 2014).

Quando se propõe a importância do Campo das Artes no cuidado à saúde mental, ele é percebido como uma estratégia aliada à Psicologia, considerando, principalmente a criatividade nesse processo. Utilizando a compreensão de Winnicott (1975, citado por Motta, 2013), a criatividade é uma atitude/ação saudável em relação ao mundo externo, que possibilita que o sujeito reflita sobre a possibilidade de construção de uma percepção pessoal acerca da realidade, reconhecendo assim, a criatividade, como um fator gerador de saúde.

Não só as teorias psicanalíticas, como outras abordagens da Psicologia como, por exemplo, a Gestalt terapia, valorizam as contribuições artísticas nos cuidados à saúde mental. Nesse sentido, ao trabalhar com a abordagem da Gestalt, a criatividade apresenta um novo sentido. Segundo Siqueira (2011), a arte pode possibilitar diferentes formas de expressão, além da dimensão da linguagem verbal, favorecendo o contato da pessoa com as suas

emoções, sensações e pensamentos. O processo criativo possibilita uma melhoria na saúde como um todo, em suas dimensões físicas, mentais e emocionais, o que possibilita uma melhor qualidade de vida.

Contribuindo para a esse entendimento, a psicologia histórico-cultural de Vigotski e colaboradores evidencia a necessidade de uma relação mais próxima entre a psicologia e as artes, reconhecendo a arte como um artefato cultural, um mediador entre o indivíduo e sua cultura (Barroco, 2014). Essa seção busca explorar algumas contribuições da concepção de Vigotski a respeito dos processos de significação, haja vista que a partir da linguagem é possível compreender o processo de desenvolvimento das funções psicológicas e da constituição do psiquismo humano. Isto é, através da perspectiva dialética, considerando a mediação da cultura nesse processo (Petroni & Pissolatti, 2016).

Nesse sentido, as funções psicológicas são divididas em superiores e elementares. Para Vigotski, não é importante a quantificação, no sentido de maior ou menor importância, mas sim a qualificação. Para o autor, as funções elementares são desenvolvidas/controladas pelo meio, o biológico. E os processos ditos como superiores, obedecem a autorregulação, no caso, sofrem influências dos processos culturais em que o sujeito está inserido. Ao longo do desenvolvimento, o que caracteriza como superior é a mediação com a cultura e a qualidade do seu funcionamento. Portanto, o sistema psicológico concebe o sujeito como unidade, a síntese dessa complexidade está nas interações e nas relações estabelecidas pelos sujeitos (Petroni e Pissolatti, 2016).

A arte faz parte do processo de humanização, é parte constituinte e constituidora da própria cultura e das produções simbólicas do ser humano (Barroco & Superti, 2014). Nesse sentido, a arte possibilita recriar a realidade material e transformar o próprio sujeito que dela se apropria, numa concepção que considera a natureza social e a histórica do psiquismo humano, pois “a arte é o social em nós” (Vigotski citado por Barroco, 2014).

Vigotski (1999) também discute que as obras artísticas são uma forma de representação da realidade. Sendo assim, a arte está ligada intrinsecamente à vida, às relações sociais que perpassam uma determinada época. Conforme Vigotski (1999) destacou: “a arte está para a vida assim como o vinho está para a uva” (p. 307). Esse exemplo permite pensar que a arte não é uma cópia fiel da realidade objetiva, mas envolve a criação de algo novo, é fruto de uma ação criativa que a transforma em um produto cultural (Barraco, 2014). Portanto, as expressões artísticas, como as artes visuais, são formas de materializar as concepções de mundo, valores culturais, crenças e sentimentos dos indivíduos ao longo da história (Madureira, 2016).

De forma similar, Madureira (2016) afirma que as imagens são artefatos culturais, que apresentam potencialidades analíticas, metodológicas e educacionais pouco exploradas pela psicologia. De forma mais ampla, as atividades artísticas são relevantes no âmbito da ciência psicológica, pois fazem parte da natureza social humana, por meio das artes é possível expressar, representar e compartilhar sentimentos e emoções. (Vigotski, 1999).

As imagens artísticas nesse processo contribuem para a imaginação, que conseqüentemente, estimula a capacidade de reflexão dos sujeitos, favorecendo a ampliação da consciência, do pensamento crítico. Nesse sentido, como função psicológica superior, a percepção pode ser desenvolvida também a partir das experiências estéticas (Petroni e Pissolatti, 2016).

Com relação à capacidade transformadora do sujeito, a arte apresenta um papel crucial na Reforma Psiquiátrica Brasileira. A história da saúde mental nos apresenta diversas possibilidades de recuperação, ressocialização e terapêutica para os usuários do sistema de saúde (Motta, 2013). Pode-se perceber a arte como um dispositivo do cuidado, instrumento de transformação que, de forma potente, apresenta diferentes fins terapêuticos.

Considera-se necessário problematizar criticamente as instituições asilares, que desde a sua criação já eram questionadas socialmente. A partir da Segunda Guerra Mundial ocorreram experiências significativas, no sentido de perceber diferentes formas de violência presentes nesse contexto e sobre suas maneiras questionáveis de exercer o cuidado (Amarante, 2007 e Motta, 2013). O asilo refletia a visão de que a loucura precisava ser encarcerada; com o desenvolvimento de fármacos, os hospitais psiquiátricos asilares, junto com a indústria farmacêutica, pactuaram com a concepção exclusivamente biológica acerca dos transtornos mentais, desqualificando outras formas de tratamento, sobretudo relacionadas a aspectos socioculturais (Amarante, 2007).

A partir desse contexto, ocorreram diversos questionamentos sociais a respeito do manicômio. Assim, a Reforma Psiquiátrica surge como uma tentativa de perceber a loucura a partir de uma outra dimensão social, além da internação asilar (Motta 2013 e Tenório 2001), evidenciando outras formas de tratamento que reconheçam a dignidade humana nesse processo, além da medicalização. A arte é utilizada, então, como um mediador, que também possibilita novos espaços para esses sujeitos. As produções artísticas não são mais vistas como uma ferramenta para a remissão de sintomas, mas sim com contribuições terapêuticas importantes para a promoção da qualidade de vida das pessoas (Motta, 2013).

Ora, a arte sempre veio beber nessa fonte desarrazoada chamada loucura, e isto desde os gregos, e sobretudo a arte contemporânea, que está às voltas com o desafio de representar o irrepresentável, de fazer ouvir o inaudível, de dar a ver o invisível, de dizer o indizível, de enfrentar-se ao intolerável, de dar expressão ao informe ou ao caótico — e com isso de remodelar o humano, de desfigurá-lo, de desconstruí-lo, de subvertê-lo, de ampliá-lo, de superá-lo (Pélbart, 2004, p.6)

Conforme expresso na citação apresentada anteriormente, a arte “abre portas” para que o sujeito consiga expressar seu sofrimento e, a partir disso, há a possibilidade de atribuir

novos sentidos às suas vivências. Ao facilitar uma relação de proximidade entre a arte e a loucura, é possível contribuir para a desconstrução de lógicas manicomiais e a reconstrução positiva da vida desses sujeitos, além dos manicômios (Motta, 2013). Segundo Amarante (2012), a reforma psiquiátrica no Brasil favoreceu a descoberta de potencialidades no uso da arte na saúde mental. O mesmo autor compreende também que, a partir da arte, é possível reconhecer a diversidade humana.

Em relação às potencialidades terapêuticas existentes na utilização das expressões artísticas, o médico Jacob Moreno percebeu, através das linguagens teatrais, potencialidades na direção da promoção da espontaneidade, criatividade e a autonomia de ser quem é. Sendo assim, Jacob fundou o Psicodrama, uma corrente humanista que é baseada na fenomenologia. O psicodrama é uma abordagem que trabalha tanto relações interpessoais particulares como coletivas. É usado como uma ferramenta e considera a criatividade nesse processo. Possibilita ações no campo da saúde, da educação e das organizações (Motta, 2013). Tais potencialidades são cruciais quando estamos em processo de cuidados em saúde mental, para uma melhoria do quadro clínico dos/as usuários/as.

Nesse sentido, acredita-se que trabalhar com recursos teatrais pode favorecer o trabalho sobre os cuidados na área de saúde mental, inclusive em intervenção em contextos de violência, por exemplo, de violência contra as mulheres, foco da pesquisa realizada. Afirma-se isso em razão de a autora ter participado de diferentes atividades artísticas, entre elas, uma vivência ao longo da semana da luta antimanicomial, no ano de 2017, na Universidade de Brasília (UnB). A atividade apresentava como proposta a participação de um grupo de mulheres em vivências relacionadas ao Teatro do Oprimido, tal método tem como objetivo sintetizar exercícios do teatro, jogos, técnicas teatrais, possibilitando diferentes formas de expressões em relação às temáticas trabalhadas.

Foi uma experiência mobilizadora; entre diversas experiências pessoais no campo das artes, percebi que aquele momento coletivo favoreceu um ambiente seguro e de acolhimento, emergiram questões relacionadas à violência, sofrimentos psíquicos das mulheres presentes. Tudo foi trabalhado da forma mais leve possível, favorecendo que as participantes conseguissem expressar outras dimensões dos seus sofrimentos além da fala, chamando a atenção, também, para outras percepções sensoriais que possuímos, como a audição e o tato.

Ainda utilizando a linguagem teatral como exemplo, entendemos que, ao mencionar o teatro, podemos facilitar o desenvolvimento da capacidade empática. Afinal, por meio dos personagens e de suas trajetórias ao longo da trama, juntamente com a produção do cenário, luz e som, o sujeito pode perceber e refletir sobre aquela realidade específica, analisar os sentimentos e significados presentes:

(...) a linguagem teatral é uma dessas formas superiores de comunicação psicológica e apesar de a percepção e o afeto serem elementos indispensáveis que compõem o fenômeno artístico teatral, sem os quais tal fenômeno não se consuma, a linguagem teatral é, sobretudo, desde a seleção do conteúdo e da forma, o trabalho do ator, do diretor, do dramaturgo até a recepção estética do espectador, uma atividade intelectual de generalização complexa de estruturação de signos na unidade do significante (texto, imagens, sons etc.) e do significado (elaboração de conceitos em todos os aspectos). Por isso, não se pode reduzir o teatro, nem as outras linguagens artísticas a um campo meramente fenomenológico embora ele permeie as vivências artísticas (Martins, 2015, p. 43).

Por esse motivo, reforçamos que o Campo das Artes apresenta caminhos que favorecem os cuidados no campo da saúde mental, pois facilitam o contato afetivo do sujeito com a realidade. Através de expressões artísticas, não só teatrais, como também pinturas, desenhos, música, literatura, dança, percebe-se as potencialidades terapêuticas que podem se

configurar como instrumentos de intervenção dos/as psicólogos/as para o enfrentamento de contextos violentos, envolvendo diferentes graus de sofrimento psíquico (leve, moderado, grave), assim como a possibilidade de elaborar e ressignificar vivências traumáticas e de construção e reconstrução do sujeito, possibilitando diferentes formas de expressão em relação às temáticas trabalhadas (Motta, 2013).

A música e a dança, nos cuidados à saúde mental, também são grandes aliadas que ajudam a resgatar e ativar o potencial criativo, bem como a vivenciar a criatividade de maneira espontânea. São espaços de experimentação, por meio da música o sujeito diferencia diferentes ritmos, repetições de sons, intensidades, a vivência com os instrumentos musicais favorece novas formas de comunicação, autopercepção e um contato direto com a realidade compartilhada. A dança permite um melhor contato com a consciência corporal, como um recurso expressivo (Fux, 1988).

Considera-se que a articulação entre o Campo das Artes e o Campo da Psicologia pode favorecer o desenvolvimento estético por parte dos/as psicólogos/as, estimulando a construção de um perfil profissional mais sensível, empático, comprometido com as discussões a respeito da promoção de saúde mental das mulheres e com foco no compromisso social em relação ao enfrentamento das desigualdades de gênero existentes na sociedade brasileira.

Em relação à promoção de experiências que possam contribuir no desenvolvimento estético dos/as psicólogos/as, no sentido de auxiliar na recuperação das vias do sensível sobre a temática de violência de gênero. Favorecendo, portanto, a mobilização do olhar, sentir e agir e estimulando a capacidade empática por parte desses/as profissionais. Visto que a arte contribui para criação de novos horizontes, no processo de ressignificação de vivências, amplia, nesse sentido, a capacidade de pensamento crítico e promove a autonomia dos sujeitos.

A arte incita o novo, possibilita que o sujeito se transforme e modifique suas percepções a respeito de suas vivências. Nesse sentido, é fundamental a construção de diálogos entre a Psicologia e as Artes como forma de sensibilização, através do cinema, teatro, pinturas, músicas, poesias, expressões artísticas em sentido geral, que permitam o desenvolvimento de potencialidades humanas essenciais, como a sensibilidade. Nesse sentido, cabe destacar que: “A natureza da arte sempre implica algo que transforma, que supera o sentimento quando suscitadas pela arte, implicam algo a mais acima daquilo que nelas está contido” (Vigotski, 1999, p.307).

Portanto, destaca-se a importância de utilizar como ferramenta de intervenção dos/as psicólogos/as a arte, reconhecendo a contribuição de diferentes expressões artísticas para fins terapêuticos e educacionais. Ao evidenciar a dimensão educacional das experiências estéticas, Madureira (2016) evidencia a dimensão educacional, ao afirmar que vivenciar experiências estéticas pode ser um caminho promissor, que contribui para novos significados a respeito de si e sobre o mundo. Desse modo, destaca-se, também, a importância de ter experiências nesse sentido durante a graduação, por parte dos cursos superiores de Psicologia, o que enriquece o processo de formação dos/as futuros/as psicólogos/as.

Para um melhor entendimento sobre o Campo das Artes e suas potencialidades educativas, cito o exemplo da música, uma expressão artística que, ao ser utilizada como um mediador, é possível desenvolver o pensamento reflexivo e crítico dos/as alunos/as no contexto escolar. Ao selecionar músicas comuns do cotidiano brasileiro, como, por exemplo, “Vidinha de Balada”, uma música sertaneja muito conhecida na atualidade, pode-se perceber a propagação de estereótipos de gênero em relação à feminilidade, no sentido de agir de forma passiva e da mulher aceitar “certas carícias” como uma demonstração de afeto.

Ao selecionar, por exemplo, trechos da música anteriormente mencionada, e trabalhar criticamente a música em questão com um grupo de adolescentes, é possível discutir sobre

essa temática e demonstrar que essa situação é uma forma de compactuar, sim, com as violências existentes em nossa sociedade contra as mulheres.

Em síntese, as experiências artísticas podem contribuir com o desenvolvimento da capacidade empática, da sensibilidade, na direção de uma atuação em psicologia mais comprometida socialmente com temáticas referentes à diversidade, sexualidade e preconceito, na direção do enfrentamento das desigualdades existentes, de forma a favorecer a construção de uma sociedade mais igualitária.

4. Metodologia

A presente pesquisa utilizou uma metodologia qualitativa de investigação, por considerar que essa possibilita analisar, de modo aprofundado, as aspirações, valores, atitudes e sistemas de crenças dos indivíduos. Tal metodologia possibilita que o/a pesquisador/a compreenda os contextos sociais envolvidos, juntamente com as experiências, motivações e expressões humanas (Minayo, 2007). Por meio desses recortes, é possível compreender as diferentes realidades sociais, a pluralidade de sentidos e significados existentes. (Minayo, 2007, Gonzáles Rey, 1999; Madureira & Branco, 2001).

A metodologia qualitativa contribui para o reconhecimento da diversidade de sentidos existentes e permite que se aprofunde as análises sobre os fenômenos investigados. (Chizzotti, 2006; Minayo 2007). O termo qualitativo contempla a densa relação entre as pessoas e o seu meio, permite analisar os significados visíveis e latentes que estão disponíveis, demandando do/a pesquisador/a uma escuta sensível e pautada na teoria (Chizzotti, 2006).

Nesse sentido, a presente pesquisa qualitativa utilizou um dos principais pressupostos da epistemologia qualitativa, proposta por González Rey (1999), pois compreende o conhecimento como uma produção construtiva-interpretativa, em que o conhecimento não representa a soma de fatos e constatações imediatas, pois tem um caráter eminentemente interpretativo. Implica, portanto, compreender o conhecimento como produção, e não uma apropriação de uma realidade que se apresenta (González Rey, 2005), além de a proposta epistemológica qualitativa abordar de forma sistêmica e complexa a importância do contexto histórico-cultural no desenvolvimento humano. (Madureira & Branco, 2001).

Embora a pesquisa se inspire nas contribuições da epistemologia qualitativa desenvolvida por González Rey (1999), ela envolverá a utilização de outros instrumentos e estratégias metodológicas diferentes do que o autor propõe no método construtivo-

interpretativo, também desenvolvido por ele. De forma mais específica, na presente pesquisa, optou-se por adotar instrumentos mais estruturados, como a entrevista semiestruturada, a fim de favorecer o posterior trabalho de análise sistematizada dos pontos convergentes e divergentes nas entrevistas que foram realizadas.

4.1 Participantes

Participaram da pesquisa seis mulheres, na faixa etária entre 30 e 48 anos, com diferentes níveis de escolaridade. As participantes foram selecionadas através da rede interpessoal da pesquisadora que, por meio de indicações de pessoas próximas, a pesquisadora entrou em contato com as mulheres interessadas em participar da presente pesquisa. Nesse primeiro momento, foram fornecidas informações a respeito do objetivo geral da pesquisa, da metodologia utilizada, envolvendo a realização de entrevistas de modo online, tempo estimado de duração de cada entrevista, sendo possível sanar as dúvidas existentes das participantes.

Cabe destacar também que foi utilizado como critério que as participantes já tivessem realizado psicoterapia previamente (em algum momento da vida). A utilização de tal critério teve como intuito compreender se dentro desse espaço psicoterapêutico as demandas existentes podem ter relações com questões de gênero.

Esse critério para a seleção das participantes foi pensando após a autora do presente trabalho ler um estudo realizado por Campos e Zanello (2016), em um CAPS II⁶, no Distrito Federal. Os prontuários apresentaram como indicadores de sofrimento intenso das mulheres questões relacionadas à maternidade, conjugalidade, conflitos familiares e sobrecarga no papel de cuidadoras. Considera-se importante utilizar esse critério, inspirado no estudo

⁶ Caps II é um serviço de atenção psicossocial para pacientes adultos em intenso sofrimento psíquico.

anteriormente citado, pois interessa também investigar se dentro do contexto clínico pode-se observar indicadores nesse sentido.

A fim de preservar o sigilo quanto às identidades das participantes dessa pesquisa, foram utilizados nomes fictícios. É apresentada, a seguir, a Tabela 1 com dados sociodemográficos das participantes:

Tabela 1

Dados sociodemográficos das participantes:

Participante	Idade	Escolaridade
Amanda	33	Cursando Ensino Superior
Sara	33	Cursando Ensino Superior
Fátima	40	Ensino Superior Completo
Joana	48	Ensino Médio Completo
Eva	36	Ensino Médio Completo
Lila	30	Ensino Superior Completo

4.2 Materiais e Instrumentos

Foram utilizados para a realização da pesquisa os seguintes materiais: Computador(notebook), gravador de áudio do celular da pesquisadora e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE (Anexo A) enviado por e-mail para as participantes um pouco antes da realização da entrevista. Os instrumentos metodológicos foram: Roteiro de entrevista com questões norteadoras (Anexo B) apresentados no momento da entrevista, e as imagens estáticas previamente selecionadas (Anexo C) também apresentadas apenas no momento da entrevista.

4.3 Procedimentos de construção das informações

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), para a avaliação dos aspectos éticos envolvidos na realização da pesquisa. Após a aprovação (Anexo D), foi iniciado o processo de seleção das participantes voluntárias, através das redes interpessoais da pesquisadora. O primeiro contato aconteceu de maneira virtual, com o objetivo de fornecer as informações necessárias a respeito da pesquisa e sobre como seria realizada a entrevista. Após esse momento, foram realizadas seis entrevistas individuais semiestruturadas de modo virtual por meio da plataforma Google Meet, agendadas de acordo com a disponibilidade das mesmas e da pesquisadora. As pesquisas foram realizadas no formato virtual, devido à pandemia de COVID-19, visando a proteção das participantes envolvidas e também da pesquisadora.

Como estratégia metodológica, a entrevista individual semiestruturada (Roteiro de entrevista- Anexo B) possibilita um espaço de diálogo com as participantes sobre suas opiniões e percepções, o que permite também explorar questões ligadas ao foco de análise da pesquisa, já que a entrevista como estratégia metodológica tem uma finalidade específica. (Minayo, 2016). Por ser semiestruturada, por um lado, a entrevista permite focalizar as temáticas de interesse de maneira flexível, por outro lado, permite, a partir das respostas das participante, a identificação de pontos de convergência e divergência, o que contribuiu, posteriormente, para a análise e interpretação das informações construídas no decorrer das entrevistas (Minayo, 2016).

A partir das imagens previamente selecionadas, as participantes responderam as questões do roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora, compartilhando suas opiniões, impressões, percepções e crenças a respeito da temática. As imagens, como artefatos culturais, segundo Madureira (2016), se configuram como ferramentas metodológicas férteis no contexto de pesquisas qualitativas, mas que ainda são poucos exploradas no campo da

Psicologia. Ao considerar as imagens como ferramentas metodológicas, é possível promover discussões sobre temas considerados polêmicos e delicados, como, por exemplo, temas envolvendo contextos de violência e práticas discriminatórias, de forma que o/a pesquisador/a consiga ter acesso a significados que, provavelmente, não seriam explicitados apenas com perguntas diretas.

Vale destacar que foram esclarecidas previamente todas as dúvidas existentes das participantes. Nesse sentido foi explicado que a participação seria voluntária, sendo assegurado o direito de desistir a qualquer momento, inclusive se apresentasse algum desconforto foi solicitado que informasse. Além disso, foi explicado que a entrevista seria gravada em áudio, com o consentimento das participantes, a fim de facilitar o posterior trabalho de análise.

A pesquisadora também esclareceu acerca da manutenção do sigilo em relação à identidade pessoal de cada participante. Também foi esclarecido que não existem respostas certas ou erradas, e que poderiam se sentir à vontade para expressar livremente suas opiniões ou vivências sobre as temáticas focalizadas na entrevista. Por fim, foram enviados por e-mail um pouco antes da realização das entrevistas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo A).

4.4 Procedimentos de análise

Para os procedimentos de análise das informações construídas a partir das entrevistas virtuais realizadas, foi utilizado o método de análise de conteúdo em sua vertente temática. De acordo com Gomes (2007), tal método, quando utilizado na análise da comunicação, busca a sistematização dos indicadores obtidos. É possível, através desses indicadores, ter acesso ao que está por trás dos conteúdos manifestos, por intermédio da proposta de interpretação qualitativa. Portanto, uma das técnicas importantes utilizadas no método de

análise de conteúdos corresponde à elaboração de categorias. Para Gomes (2007) trabalhar com categorias significa agrupar ideias, opiniões, elementos em torno de um conceito.

Para analisar as informações construídas na pesquisa de campo, foi efetuada, por parte da pesquisadora, a transcrição literal dos áudios. Esse procedimento favorece o trabalho interpretativo, orientado pelos temas relevantes que surgiram nas entrevistas realizadas, considerando os objetivos da pesquisa, tanto objetivo geral como os objetivos específicos. A análise do conteúdo temático contribui para uma compreensão aprofundada dos significados e conteúdos manifestados, busca a compreensão do que está nas “entrelinhas” do que foi explicitamente comunicado (Gomes, 2007).

Portanto, as categorias analíticas foram construídas após a transcrição das entrevistas, a partir da identificação dos temas mais significativos presentes nos relatos das participantes, considerando os objetivos da pesquisa. Foram criadas três categorias analíticas temáticas, sendo elas: 1) Estereótipos de gênero e saúde mental das mulheres: a sobrecarga vivenciada no cotidiano; 2) Violência de gênero no Brasil: o olhar das participantes; e 3) Contribuições educativas e terapêuticas do campo das artes.

5. Resultado e Discussão

Na presente seção, serão apresentados e discutidos os resultados mais significativos da pesquisa de campo realizada, a partir das categorias analíticas temáticas construídas, mencionadas anteriormente. Cabe lembrar que os nomes apresentados são fictícios.

5.1 Estereótipos de gênero e saúde mental das mulheres: a sobrecarga vivenciada no cotidiano

“Eu sinto dó, eu sinto muita pena na verdade, das mulheres a minha volta se sentirem assim, com filhos e maridos (...) As mulheres ao meu redor se sentem sobrecarregadas de ter muita coisa para fazer ao redor, e ainda são cobradas para estar bonita, estar sorrindo, mostrando que tá tudo bem”. Amanda, 33 anos

Iniciamos a presente seção com o trecho apresentado anteriormente, por considerar de suma importância o que foi relatado pela participante, sendo um trecho ilustrativo da realidade vivenciada por diversas mulheres brasileiras que sofrem diferentes pressões e cobranças cotidianas, inclusive a pressão estética a todo custo. Nossa sociedade imagética define as mulheres principalmente pela aparência física, existe uma extrema regulação social a respeito do corpo feminino, em que são esperados da mulher beleza, juventude, magreza a todo custo, o que impacta diretamente no sofrimento vivenciado (Novaes, 2011).

Ainda no relato da Amanda, a participante mencionou:

“É obrigatório ser feliz o tempo inteiro, de ter que mostrar essa felicidade, e isso é horrível. Acho que é muita pressão para nós mulheres hoje em dia, as vezes me sinto feia em casa e penso: vou postar uma fotinha bem maravilhosa para me sentir melhor”.

No trecho apresentado, percebe-se que os investimentos destinados aos cuidados pessoais com a estética se relacionam com a visibilidade esperada socialmente, inclusive com a intenção de evitar julgamentos negativos de terceiros, pois isso afeta também a maneira como o sujeito se percebe. (Novaes, 2011).

As mulheres são cobradas de forma exacerbada para adequarem os seus corpos aos padrões estéticos hegemônicos de beleza. Em momentos de tristeza profunda, luto ou até sobrecarga extrema, é esperado que as mulheres estejam sempre impecáveis, e as que não seguem essa norma são vistas como desleixadas pelo olhar masculino (Novaes, 2005; Zanello, 2018). A participante Eva, de 33 anos, relatou:

“Olhando a mulher realizar mil funções, trabalhar, cuidar da casa, cuidar da criança, se matando. E ela ainda tem que tá com uma cara feliz, linda, arrumada, esperando o marido como se não tivesse exausta (...) porque trabalhar em casa não tem fim, não tem descanso.”

Em concordância com o que está sendo discutido, Zanello (2018) discute que quanto mais distante do ideal estético esperado socialmente, maior a vulnerabilidade em termos de autoestima e sentimentos de menos valia por parte das mulheres. Para a autora, existe uma experiência privilegiada, atribuída socialmente aos homens, que lhes oferece o protagonismo de escolher e não serem escolhidos. Portanto, as mulheres, muitas vezes, diante da cultura e dos comportamentos esperados socialmente, se “colocam” em uma prateleira dita pela autora como “prateleira do amor”, lugar de passividade e submissão, para não experienciar o dito popular de “ficar enalhada”.

Sendo assim, muitas mulheres acabam por se casar não com o objetivo de ter um relacionamento ou uma satisfação/desejo pela relação, mas por medo da solidão. O dispositivo amoroso, configurado historicamente e socialmente, é um dos principais fatores

de desempoderamento das mulheres e um fator de proteção psíquica para os homens. “Muitas mulheres suportam o desamor do que não ter alguém. E adoecem.” (Zanello, 2018, p. 95).

Existem também leituras equivocadas, que buscam justificar a função social da mulher pela justificativa biológica de ser mãe. Segundo Zanello (2018), outro dispositivo, construído socialmente e historicamente, é o dispositivo materno. As mulheres, por terem a capacidade de procriar, são interpeladas com características de cuidar, maternar, estar disponível para o cuidado com o outro. Essa habilidade justificada como “natural”, inata às mulheres, infelizmente contribui também para o sofrimento psíquico:

“Temos a necessidade de gerir muitas coisas ao mesmo tempo, então tem que ser ‘Supermulher’. Eu acho que na maioria das vezes a gente dá conta, mas custa muito para nós, é cansativo. (...) Sinto um pouco de angústia porque eu quero passar por isso (casar e ser mãe) eu sei o que me aguarda. (...) Eles podem ter planos de carreira, e também ter filho porque isso não vai afetar. Para nós mulheres isso é diferente, ter filho, é mais difícil, ter que planejar carreira, geralmente dá uma culpa (...).” Sara, 33 anos.

O que Sara relatou durante a entrevista é que, apesar de ter o desejo de se casar, ter filhos, isso é algo que a angústia. Ao perceber seu ciclo de amigas que vivencia a maternidade, ainda é algo que a assusta por saber que terá que planejar sua carreira e, segundo a participante, abdicar de seus projetos pessoais por um tempo. Com isso, é necessário reconhecermos que o conceito de maternidade é uma construção social, que foi modificado no decorrer do tempo (Zanello, 2018).

Nos dias de hoje são atribuídos valores como devoção, sacrifício inquestionável aos filhos, mas, no passado, nem sempre foi assim. Segundo Zanello (2018), esse sentimento supostamente “espontâneo” foi inflado historicamente, e com ele é necessário dissociar a capacidade de procriar da capacidade de maternagem (o cuidar). Para a autora, a maternagem

diz respeito aos cuidados, que são capacidades tanto do âmbito individual (independente do sexo biológico) ou coletivo (função social, familiar e de instituições), mas não exclusivamente da mulher (mãe);

Outro ponto relatado por Sara foi a de sentir culpa, antes mesmo de ser mãe. Culpa, segundo Zanello (2018), é o sintoma de que o dispositivo materno obteve êxito, e que o ideal de maternidade foi introjetado. A culpa é uma forma de controle social, em que é possível perceber que os mecanismos punitivos foram eficientes. O processo de subjetivação do dispositivo materno, quando é eficaz, reprime as mulheres, que raramente reclamam em público; o fato de queixar-se pode acarretar retaliações sociais, inclusive o questionamento de ser ou não boa mãe. Nesse sentido, Amanda comentou um pouco sobre esse silenciamento do cansaço e exaustão das mulheres:

“Eu acho que sempre que uma mulher fala de sobrecarga materna ou até mesmo de trabalho em nossa sociedade, ela não é ouvida, nem enxergada de fato. As mulheres são muito cobradas a todo tempo, em todos os sentidos da vida.”

Esse tipo de problemática deve ser repensada criticamente, pois favorece a sobrecarga das mulheres, como uma tradição as funções do lar, a criação dos filhos e as tarefas públicas como trabalho, carreira. A sobrecarga das mulheres é vista na atualidade como algo “rotineiro”, não temos, como sociedade, um olhar sensível e empático para esses tipos de questões. Infelizmente, ainda é comum presenciar mulheres que, ao escolher apenas o ambiente doméstico, são vistas como desocupadas ou são até mesmo desvalorizadas por escolherem os serviços domésticos, no caso, serem donas de casa. O que deve ser evidente não é escolher exclusivamente os trabalhos domésticos, mas que isso deve ser uma escolha e não imposição ao indivíduo pelo seu gênero (Vieira & Amaral, 2013).

Nesse sentido, participante Joana de 48 anos comentou:

“Essa imagem é a escravidão mesmo feminina. São bem aquelas coisas de que as mulheres devem ficar em casa, cuidar da casa, marido, filhos. A mulher de antigamente era assim, só trabalho de casa. Hoje em dia não, a mulher tem que se virar em 10 mil, ela tem que limpar, lavar, fazer comida, cuidar do filho (...). Isso aí é bem o tipo do ‘ah, vocês não querem direitos iguais?’ Então tem que fazer tudo, se vira.”

Essa “conciliação” de diferentes demandas é também um fator que impacta no adoecimento psíquico das mulheres. A situação se agrava, pois além da necessidade de qualificação para o mercado de trabalho, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas tarefas do lar e pelo cuidado dos filhos. Portanto, as mulheres vivenciam, muitas vezes, três jornadas de trabalho: profissional, familiar e educacional (Vieira & Amaral, 2013).

Para o casamento ser um fator de proteção à saúde mental das mulheres, é necessário relações simétricas/igualitárias, de cumplicidade e suporte mútuo (Zanello, 2018, Heiborn, 2004). Relacionamentos marcados pelo sexismo, que se estabelecem de forma abusiva e na forma desigual de tratamento em diferentes dimensões constituem-se como um significativo fator de risco e adoecimento psíquico das mulheres (Zanello, 2018). A participante Joana (48 anos) afirmou que percebe relacionamentos com suporte mútuo e divisão de tarefas cada vez mais em casais jovens:

“Eu acho que assim, existem mulheres jovens que fazem essas boas coisas para o casamento, porém, têm maridos exemplares, e maridos que ajudam em tudo, buscam criança na escola, fazem o dever de casa, colocam para dormir, levam no médico, ajudam na limpeza da casa e na comida, realmente, não dá para generalizar, mas no geral é isso mesmo.”

A conciliação entre o espaço familiar e a esfera profissional foi uma temática que esteve presente praticamente em todas as entrevistas, claro que algumas participantes

colocaram mais em evidência do que outras. Percebeu-se que em todas as entrevistas as participantes não notavam em suas redes interpessoais que as divisões de tarefas domésticas eram divididas de forma igualitária para homens e mulheres. Todas as participantes concordavam que a participação das mulheres no mercado de trabalho representa um grande desafio, inclusive para a saúde mental, que é alvo de sobrecarga e desvalorização por ainda ganharem menos no exercício da mesma função.

A participante Fátima (40 anos) relatou que, infelizmente, vivencia esse tipo de desvalorização profissional, apesar de exercer a mesma função de outro colega de trabalho. Ela afirma:

“Me sinto oprimida. Porque a gente tem a mesma função, e o meu valor tem que ser menor do que o dele se a gente tem a mesma qualificação profissional? E quem sabe até eu posso ter a mais do que ele, mas pelo fato de ser homem ele ainda receber mais do que eu? Nada disso, muito injusto.”

Infelizmente Fátima não foi a única participante que vivenciou a desvalorização no mercado de trabalho, Sara comentou que:

“Eu já passei por situações no trabalho que o que o homem falou estava mais certo, ele tinha mais razão do que eu dentro daquele espaço. Então, o homem tem mais credibilidade do que a mulher que falou (...). Não é um valor monetário, mas tem um valor”.

Foi possível constatar nos relatos das participantes que os significados culturais engendrados a respeito dessa dominação simbólica posicionam a mulher como um ser menos capaz, chamada até de “sexo frágil”, como se precisasse de um tutor, um protetor. No processo de socialização, as mulheres interiorizaram o que é esperado a partir do “olhar masculino” e acabam orientando suas escolhas e ações, no campo familiar, educacional e no trabalho profissional. Portanto, o conceito de gênero reflete uma estrutura relacional e de

dominação simbólica (Bourdieu, 2005; Vieira & Amaral, 2013; Zanello 2018). *“Por muito tempo diziam isso (...). A vida, a sociedade impõe isso. Mas não somos frágeis, temos sabedoria, resiliência, de luta.. Não somos o sexo frágil”* (Joana, 48).

5.2 Violência de gênero no Brasil: O olhar das participantes

Presente em nossa sociedade há muito tempo, a violência é um problema social complexo e multifacetado. Está intrinsecamente relacionada às relações de poder e afeta a forma como nos sentimos e nos relacionamos (Chauí, 2017, Zanello 2018). Infelizmente, o Brasil é um dos países do mundo mais violentos para as mulheres, o que significa que, como sociedade, devemos repensar que essa violência tem relações diretas com questões de gênero. No Brasil, a cada 7 horas uma mulher é morta pelo simples fato de ser mulher, o nosso país ocupa o quinto lugar no ranking mundial de feminicídio (Costa, 2021 e Universa, 2020).

A violência contra a mulher pode ser definida como “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”, conforme a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994). Foi questionado durante as entrevistas realizadas se alguma das participantes conhecia mulheres vítimas de violência, em diferentes dimensões: física, psicológica, patrimonial, sexual ou moral. Infelizmente, foi constatado que todas as participantes conheciam mulheres que já haviam sofrido algum tipo de violência, sendo que quatro delas também foram vítimas. Eva, de 33 anos, declarou algo extremamente perturbador: *“Conheço demais, inclusive eu sofri violência física. Conheço também mulheres que apanharam grávida, por exemplo (...)”*.

A violência física pode ser entendida “como qualquer ato que possua a intenção de prejudicar fisicamente a vítima” (Monteiro, 2012). No caso da violência contra a mulher, esse tipo de agressão tende a ocorrer quando o agressor se percebe contrariado, e, na tentativa de

manter o controle — no caso específico, o controle em relação à mulher —, utiliza-se da força física na intenção de mostrar para a vítima que detém o poder na relação (Monteiro, 2012; Timm, Pereira & Gontijo 2011). Uma das participantes relatou que durante sua adolescência acolhia uma amiga que frequentemente era agredida pelo namorado. Amanda, de 33 anos, mencionou que a amiga sofria violência psicológica e, com o passar do tempo, a situação se agravou, ocorrendo violências físicas severas:

“Ficava um tempão sem sair por causa dos machucados, esperando cicatrizar (...). Eu lembro dela ficar um tempão sem sair por causa dos roxos e hematomas. E todas as amigas queriam denunciar ele, porque ela ficava machucada mesmo, real, toda inchada. Mas ela implorava por amor de Deus para não fazer isso. Ela tinha receio do cara matar ela, porque ele ameaçava.”

Apesar de existirem políticas públicas e leis cada vez mais punitivas em relação ao fenômeno da violência contra a mulher, ainda não há garantia de que esses números assustadores irão mudar em breve. As vítimas, muitas vezes, possuem o receio de denunciar, temem ser questionadas, desacreditadas e não ter o apoio necessário de instituições sociais responsáveis por conter esse tipo de violência (Monteiro, 2012).

Estar vinculada ao agressor e apresentar dificuldades em denunciá-lo pode envolver diversos motivos, inclusive a vulnerabilidade psicológica a que essas mulheres estão expostas. Tornam-se reféns de discursos psicológicos abusivos, sendo comuns sentimentos de fracasso e culpa, por acreditarem nas promessas de “mudança” do agressor ou por assumirem, de forma unilateral, a responsabilidade pelo “projeto de família”. São de extrema importância ações que possibilitem a desconstrução desses traços rígidos, estereotipados, que contribuem para o medo e a insegurança das vítimas (Monteiro, 2012).

A participante Joana, de 48 anos, comentou brevemente sobre como ela percebe o fenômeno da violência contra as mulheres:

“Porque a violência física hoje, a gente tá vendo um nível até pior, porque as mulheres, além de serem agredidas, elas são mortas (...). Na verdade, eu acho que nenhum tipo de violência vem sendo freada (...). A mulher que foi estuprada, agredida, assassinada... As mulheres estão todos os dias nessa mira, e não temos uma lei tão severa assim na prática.”

Com a falta da denúncia, a violência pode aumentar em frequência e intensidade, sendo a vítima exposta a uma situação de risco cada vez maior. A violência contra a mulher, seja física ou psicológica, tem como objetivo do agressor anular o outro, através da imposição do poder e da força. Por isso, denunciar é um ato de coragem que requer uma rede de apoio ativa. Ao denunciar o seu agressor, a mulher poderá interromper o ciclo da violência (Monteiro, 2012 e Costa, 2021).

Nesse sentido, a participante Fátima, de 40 anos, afirmou ter sido vítima de violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Hoje, ao se deparar com mulheres que sofrem violência, relata se sentir revoltada e impotente quando não consegue ajudá-las a ter autonomia e confiança para denunciar:

“Eu tenho uma conhecida que tá passando por isso agora, e é muito difícil, a gente conversa, alerta, mas ela acredita que ele vai mudar. Sendo que não, ele não vai mudar (...) Mas a escolha ainda é dela. Eu fico chateada, muito chateada, mas continuo lá.”

Outro ponto a ser mencionado corresponde às crenças construídas a respeito da violência contra as mulheres, tais crenças dificultam na assistência que pode ser oferecida, e contribui para a normalização de situações violentas com discursos infundados. Por exemplo, que “a violência doméstica contra a mulher acontece esporadicamente em nossa sociedade”. Ou que, “briga de marido e mulher não se mete a colher” e “se apanha e continua no relacionamento, ela deve gostar”. Argumentos deste tipo contribuem, lamentavelmente, para

a falta de assistência necessária que precisa ser oferecida às mulheres vítimas de violência, compactuando com situações de extrema violência e para os números cada vez mais alarmantes. (Monteiro, 2012; Timm, Pereira & Gontijo 2011).

Nesse sentido, Bordieu (2007) afirma que a partir da dominação masculina as mulheres são concebidas como objeto simbólico, em permanente estado de dependência simbólica dos homens. Como já mencionado no presente trabalho, a dominação masculina, tão internalizada por construções históricas e sociais, impacta diretamente na forma como essas mulheres percebem a violência que, de forma muito sutil, legitimam determinados comportamentos conjugais, sem se dar conta que pequenas violências no dia a dia são, de fato, a conhecida violência psicológica praticada por seus companheiros.

Em nossa cultura patriarcal ocidental, a mulher constitui-se frequentemente pelo olhar do homem, como mencionado já mencionado no presente trabalho. Zanello (2018) afirma que nos colocamos constantemente dentro dessa lógica sexista, que por meio do dispositivo amoroso está sempre em busca da aprovação do olhar masculino. Isso impacta profundamente na forma como nós, mulheres, vivenciamos nossos sentimentos: sentindo-se desamparadas, inseguras, em um ritmo frenético de expectativas em relação ao olhar do outro, com medo de “ficar sozinha”, se submetem à relacionamentos abusivos por medo da solidão (Monteiro, 2012 & Costa, 2021).

Outro fator que impacta diretamente a saúde mental das mulheres diz respeito às construções sociais como, por exemplo: “se apanhou é porque mereceu ou provocou”. Infelizmente, esse tipo de narrativa ainda é perpetuado em diferentes esferas sociais, sendo necessário desconstruí-la, pois quando uma mulher decide manter a relação, mesmo que já tenham sofrido diversos tipos de agressões, seu objetivo não é de querer ser violentada, mas de acreditar que “precisa salvar o relacionamento”, “é um bom pai, mas péssimo marido, não posso desistir da família”. Outro sentimento comum é a culpa, vergonha, acreditando que de

algum modo o problema é ocasionado por ela, pois o discurso do agressor culpabiliza a vítima em relação às agressões sofridas (Monteiro, 2012).

Romper com uma relação violenta é algo extremamente difícil, angustiante, a vítima teme não só por sua vida, mas de todos ao redor, inclusive de filhos e parentes. Geralmente sofrem diversas ameaças, o que influencia também em sentimentos de menos valia ou até mesmo compaixão em relação ao parceiro agressivo. Muitas mulheres também sentem vergonha em buscar ajuda, outras são afastadas da sua rede interpessoal pelo agressor, na tentativa de deixá-las desamparadas e acreditarem que tudo que elas possuem é o relacionamento (Costa, 2021, Monteiro, 2012). Nesse sentido, Eva 33 anos afirma que: *“Tem muitas mulheres que são agredidas e não denunciam. Eu mesmo conheço mulheres que não denunciam marido por medo, medo de morrer real. Ou de acontecer o pior, não sei, de matar”*.

Em concordância com o que as participantes apresentaram nos trechos citados, sobre leis mais severas e punitivas, percebe-se que a Lei Maria da Penha tem grande relevância no nosso país, pois possibilita que muitas mulheres tenham assistência jurídica necessária para serem representadas e protegidas. Além do mais, o judiciário como um órgão que trabalha com a Lei Maria da Penha apresenta uma dimensão diferente de outras leis, sem ser em uma dimensão meramente punitiva, mas com caráter socioeducativo, incluindo não só as vítimas, mas também os agressores no plano de ação. É importante também destacar que a psicologia apresenta um papel crucial, que deve contar com uma equipe multidisciplinar para um trabalho mais eficaz. Não se deve apenas transferir essa tarefa para o poder judiciário, pois será uma medida ineficaz (Costa, 2021; Monteiro, 2012).

Entretanto, infelizmente, a aplicação da Lei Maria Da Penha, sem o devido apoio de outras instituições competentes e de outras formas de auxílio às vítimas de violência se mostram insuficientes para mudar esse cenário assustador. Finalizo essa subseção

apresentando a fala da participante Lila, de 30 anos, que percebe “furos” na assistência oferecida hoje no Brasil: *“Eu conheço muitas mulheres que não deram certo com a Lei Maria da Penha, muita burocracia para ela continuar tendo medida protetiva, acho muito “paia” essa burocracia nesse sentido. A agressão ela não espera, né?”*

5.3 Contribuições educativas e terapêuticas do campo das Artes

O presente trabalho analisa as contribuições entre o campo das artes e da psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional. Os recursos artísticos são instrumentos de intervenção para os/as psicólogos/as em direções educativas, favorece o pensamento crítico e reflexivo, estimula a sensibilidade e a capacidade empática das pessoas, aspectos fundamentais na desconstrução de práticas discriminatórias.

Durante as entrevistas, praticamente todas as participantes vivenciaram um contato mais próximo com a arte em algum momento de suas vidas. Houve relatos de experiências com música, teatro, dança, desenhos, criação de histórias etc. Como discutido ao longo do trabalho, a arte pode ser uma ferramenta promissora no trabalho dos psicólogos, uma vez que as experiências estéticas mobilizam afetos e possibilitam o processo de ressignificar sofrimentos.

Nesse sentido, a participante Fátima expressou ao longo da entrevista realizada que há aproximadamente 10 anos criou o hábito de escrever em uma agenda, denominada por ela como grimório, suas vivências, percepções e aprendizados de vida: (...) *O que me ajuda a desconectar do mundo mesmo é escrever. Eu gosto muito de ler, escrever, tenho uma agenda chamada grimório e lá eu coloco todos os sentimentos, vivências boas e ruins, me ajuda a elaborar.”*

No trecho mencionado anteriormente, a leitura e a escrita foram compreendidas pela participante como uma forma de enfrentamento diante das adversidades da vida. Fátima

desenvolveu tal estratégia, a partir de experiências e vivências cotidianas. Ela descobriu que através do desenvolvimento da escrita, foi possível estar mais consciente dos seus sentimentos e angústias. Nesse sentido, a arte é um canal de expressão, pois através da produção da escrita, como no caso de Fátima, ou por meio da contemplação de obras artísticas, é possível compreender de forma mais aprofundada os fenômenos tipicamente humanos (Madureira, 2016).

A participante Fátima é fotógrafa, durante a entrevista relatou que sua paixão é fotografar. Diante disso, ao abordar o território das representações visuais, Santaella (2012) contempla que pinturas, fotografias, gravuras, imagens cinematográficas, televisivas são criações humanas que aguçam e permitem a expansão da nossa capacidade perceptiva e sensível. As imagens, no campo das representações visuais são ferramentas importantes na desobstrução das vias do sensível (Schlindwein, 2010).

Vivemos em sociedades imagéticas na contemporaneidade, com isso, as representações visuais considerando sua ampla diversidade de instrumentos, podem favorecer por meio de diferentes materiais, possibilidades criativas de intervenção por parte dos/as psicólogos/as. Temos como possibilidades: histórias em quadrinhos, vídeos no YouTube ou outras plataformas digitais, obras artísticas, artes cinematográficas, enfim diferentes recursos, para a promoção de debates sobre diversas temáticas de interesse (Madureira, 2016).

Considerando o foco do presente trabalho, a autora desta monografia propõe utilizar tais recursos para temáticas relacionadas a sexualidade e gênero, considerando o caráter educativo das representações visuais. Todavia, a autora considera que, de maneira ampla, é possível estimular a reflexão sobre diversas temáticas relevantes, provocando o estranhamento no/a espectador/a, favorecendo com que o sujeito se afete por diferentes realidades, histórias e contextos, emergindo também novos sentidos. Em termos educacionais, é possível que através do campo das artes visuais, por exemplo, o/a psicólogo/a

sensibilize os sujeitos para observar também diversos contextos discriminatórios e de violência, favorecendo a reflexão e a construção de estratégias de enfrentamento (Petroni e Pissolatti, 2016; Madureira, 2016, Santaella, 2012).

Sobre as dimensões terapêuticas, também foco da análise, a autora desta pesquisa considera que as vivências artísticas contribuem em uma direção terapêutica, pois ao longo do processo artístico, seja de criação ou contemplação de expressões artísticas, é possível vivenciar suas dificuldades, medos, conflitos e angústias de um modo menos sofrível. A arte configura-se como um eficaz meio para canalizar as experiências e significados atribuídos ao mundo e as relações interpessoais, o que favorece a participação ativa do sujeito em relação ao tratamento (Madureira, 2016 e Motta, 2013). Em concordância, Sara de 33 anos, trouxe suas contribuições em relação às expressões artísticas e o trabalho da psicologia:

“(...) a dança por exemplo, de trazer uma consciência corporal, de destravar (...) desenho outro tipo de expressão, de mostrar identidade, de trazer concentração também, uma meditação ativa quando você desenha. O teatro com as dramatizações, de sentir o papel, de sentir o personagem, pode desenvolver empatia, seriedade, controle emocional.”

O trecho em destaque é relevante na discussão apresentada, que, de forma clara, exemplifica as potencialidades existentes na utilização de recursos artísticos. Nesse sentido, a arte é um dispositivo terapêutico, que acolhe o ser humano em sua complexidade, reconhecendo a diversidade humana e as diversas formas de ser. A arte incita o novo, possibilita a capacidade de reflexão e a tomada de decisão do sujeito, podendo assimilar e construir novas percepções sobre si (Madureira, 2016; Motta, 2013).

De maneira geral, as participantes possuíam a percepção que o campo das artes dialogando com a psicologia oferece contribuições relevantes nos cuidados em relação à saúde mental, no sentido de permitir a expressão dos sentimentos e de ressignificar dores.

Desse modo, a participante Lila de 30 anos expressou que a música pode ser um recurso interessante para o trabalho dos psicólogos: *Ela (música) trabalha com os sentimentos, então se a pessoa está passando por uma situação, e a música traz essa temática, ela consegue liberar uma angústia, se expressar através disso. Ou até ficar bem.*

Conforme o trecho anterior, a música pode ser um mediador na qual, a partir do processo de identificação, o sujeito ao escutar a música e perceber a letra, pode se identificar com aquela situação vivida. Considerando a criatividade nesse processo como citado anteriormente, o sujeito de maneira criativa busca novas formas de lidar com o sofrimento vivenciado e elaborar aquela situação difícil.

Nesse sentido, Fux (1988) propõe que a música e a dança podem ser aliadas nos cuidados à saúde mental, resgatando o potencial criativo, de maneira espontânea e leve. Oferece espaços também de experimentação, ao tentar reproduzir sons, diferenciar ritmos, intensidades. É também uma forma de comunicação, um contato direto com a realidade compartilhada. No caso da dança, favorece o contato com a dimensão corporal, um recurso expressivo, permitindo o contato mais íntimo consigo mesmo e a experimentar o aqui e o agora, de forma consciente.

Ainda sobre expressões que favorecem um contato mais íntimo com a dimensão corporal, a participante Fátima mencionou que frequentou um grupo de teatro durante a sua adolescência. Para ela, o contexto teatral foi uma estratégia importante para expressão corporal, relatou ser uma jovem muito tímida e possuía dificuldades em estabelecer vínculos sociais:

“(...) Me ajudou muito, a pessoa que é tímida o teatro consegue te oferecer expressão corporal e tudo mais(...) Eu acho que a arte pode libertar, mudar o foco, transformar o ruim no bom.”

Nos últimos trechos citados estão presentes um fator em comum, no sentido de possibilitar a comunicação com recursos artísticos além da fala. Segundo Siqueira (2011) a arte oferece diferentes formas de expressões, viabiliza o contato com as emoções, pensamentos e sensações. A participante Joana de 48 anos reconhece que o psicólogo que opta por utilizar recursos artísticos em seu trabalho, consegue ampliar sua atuação:

“Dependendo do trabalho que você fizer com uma criança, ou até um adulto, você pode resgatar algo que só com a conversa talvez você não resgate, então, a criança pode fazer um desenho e expõe o que ela queria falar mas não consegue, então demonstra no desenho. O psicólogo trabalhando dessa forma conseguiria resgatar diferentes coisas(...).”

A arte faz parte do processo de humanização, é parte constituinte e constituidora da cultura e das produções simbólicas do ser humano (Madureira, 2016). A arte possui uma função de materialidade mediadora, no sentido de que ela contribui para o desenvolvimento e constituição do sujeito (Motta, 2013).

Finalizo a presente seção ressaltando a necessidade de articulação entre o campo das artes e o campo da psicologia, no sentido de favorecer o desenvolvimento estético por parte dos/as psicólogos/as, durante a graduação e também em outros contextos de formação. As diversas expressões artísticas são terrenos férteis para discussão de temáticas relacionadas à violência e ao sofrimento psíquico, permitindo lidar com sentimentos de maneira mais lúdica e leve.

Além disso, o campo das artes pode contribuir para o desenvolvimento da capacidade criativa, empática e da sensibilidade. Possibilita a atuação em psicologia de forma ética, mais comprometida socialmente com temáticas relevantes, como diversidade, preconceito, sexualidade, saúde mental etc. Também pode favorecer no enfrentamento de contextos marcados pela violência, estimulando a reflexão e a busca por estratégias que promovam a

autonomia e o empoderamento feminino. Auxilia também no enfrentamento das desigualdades, e conseqüentemente, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerações Finais

A presente Monografia buscou analisar como as relações de gênero historicamente estabelecidas hoje na sociedade brasileira, impactam a saúde mental das mulheres. A autora considera de extrema importância que a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação, esteja atenta para os diferentes motivos de adoecimento psíquico hoje em nossa sociedade e considere o aumento significativo de quadros de adoecimento psíquico. Infelizmente as mulheres ocupam o ranking com os maiores dados estáticos em relação a transtornos de ansiedade, depressão, estresse pós traumático e síndrome do pânico, segundo a Organização Mundial de Saúde (2016).

A escolha da temática veio após alguns trabalhos acadêmicos realizados pela autora, ao estudar as relações de gênero e perceber a necessidade de reconhecimento crítico a respeito dos significados culturais, socialmente e historicamente atribuídos a homens e mulheres. Noções rígidas, que contribuem para uma noção “dualista” a respeito do gênero, sem considerar a diversidade existente, contribuindo, portanto, para práticas discriminatórias e para a manutenção de contextos de extrema violência.

Ao longo da pesquisa, a autora se espantou e se entristeceu ao reconhecer que temáticas de violência de gênero são recorrentes na vida das mulheres, em diferentes níveis, de modo “disfarçado” ou explícito. Segundo Bourdieu (2005) a violência simbólica pode se apresentar como uma violência “dissimulada” que estabelece a legitimidade por meio de um discurso, decisão, até ampliar para a dimensão de uma ordem, uma repressão.

A lógica da dominação masculina ocorre de diferentes modos em sociedades sexistas, não só por meio da violência física, por isso é necessário refletir sobre as violências que não deixam marcas visíveis (Bourdieu, 2005). Como exemplo disso, a desvalorização da mulher em diferentes esferas, a busca incessante por igualdade salarial, a sobrecarga feminina, a

pressão estética em relação aos padrões hegemônicos de cada época. Enfim, todos esses fatores também contribuem para o adoecimento psíquico e sofrimento intenso das mulheres.

A naturalização da violência pode levar à objetificação das mulheres, e, em decorrência da manutenção do poder associado ao masculino, contribui para que as mulheres sejam alvo dessa violência, com graves consequências à saúde física e mental delas (Segato, 2003).

Em relação ao objetivo geral da pesquisa “analisar como os estereótipos de gênero presentes na sociedade brasileira podem impactar a saúde mental das mulheres”, considero que o mesmo foi atingido. Cabe mencionar me surpreendi positivamente com os posicionamentos das participantes, que apresentaram pensamentos críticos em relação aos estereótipos de gênero relacionados à feminilidade. Foi possível notar que as participantes dialogaram com suas experiências pessoais, sua infância e criação, posicionando-se criticamente em relação à rigidez social de atribuir às mulheres tarefas privadas e características estereotipadas como fragilidade e passividade. Considerando os contextos particulares de cada participante, houve um questionamento por parte delas sobre essa visão engessada do que é considerado “feminino” e constataram que noções deste tipo apresentam impactos no sofrimento psíquico vivenciado, principalmente relacionado à sobrecarga.

A pesquisa realizada indicou também a necessidade de maior investimento na formação dos psicólogos/as em relação às questões de violência de gênero, pela necessidade de um maior aporte teórico de suporte e acolhimento às vítimas. Considera-se também necessário estudos sobre as possíveis intervenções a fim de trabalhar com os autores de violência. Durante a orientação da professora Ana Flávia Madureira e os estágios em saúde mental com a supervisão da professora Tania Inessa, a autora desta monografia percebeu que, independentemente do contexto (saúde pública, clínica, educacional e organizacional), os/as psicólogos/as estão constantemente lidando com demandas ligadas às questões de gênero e,

consequentemente, uma formação adequada, empática, sensível, pode contribuir para uma atuação ética e humanizada.

É preciso que os/as profissionais se sintam capacitados/as em sua atuação, a fim de promover reflexões críticas na direção do enfrentamento de práticas discriminatórias, contextos de violência, bem como na desnaturalização de conceitos pré-estabelecidos e hierarquizantes em relação às questões de gênero.

Referências Bibliográficas

- Adichie, C. N. (2017). *Para educar crianças feministas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Amarante, P., Freitas, F., Nabuco, E. S., & Pande, M. R. (2012). Da arteterapia nos serviços substitutivos aos projetos culturais na cidade: a expansão dos projetos artístico culturais da Saúde Mental no território. In Amarante, P. & Nocam, F. (org.) (2012). *Saúde Mental e arte: práticas, saberes e debates*. (pp. 39-51). São Paulo: Zagodoni.
- Barroco, S. M. S. & Superti, T. (2014). Vigotski e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. *Psicologia & Sociedade*, 26 (1), 22-31.
- Belintani, G. (2003). Histeria. *Psic: revista da Vetor Editora*, 4(2), 56-69. Recuperado em 30 de setembro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA
- Berger, J. (1980). *Modos de ver*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2011). Actosperformativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). *Gênero, cultura visual e performance. Antologia crítica*. Minho: Universidade do Minho/Húmus.
- Campos, I. & Zanello, V. (2016). Saúde mental e gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências mental. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1(48), 105-117.

- Chauí, M. (2017). *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis – RJ: Vozes.
- Costa, Alex Junio Duarte. O contexto histórico da violência contra mulher e a atuação do psicólogo. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 04, 21-37.
Retirado de: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/historico-da-violencia>
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Foucault, M. (2008). *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- Fux, M. (1988). *Danças e terapias*. São Paulo: Summus
- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.
- Geertz, C (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC
- González Rey, F. L (1999). *La investigación cualitativa em psicología: rumbos y desafios*. São Paulo: EDUC
- González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Hall, S. (1997). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora
- Hall, S. (2011). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- Heilborn, M.L (2004). *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond

- Lauretis, T. (1994). A tecnologia do gênero. In: B.H. Hollanda (Orgs.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco
- Loponte, L. G. (2002). Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. *Estudos Feministas*, 10(2), 283-300. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/ZDsRh9p5xg7bZbCTGC6fS6c/?format=pdf&lang=pt>
- Louro, G. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. Temas em Psicologia. Em D. J. Silva & R. M. C., Libório (Orgs.), *Valores, preconceitos e práticas educativas* (pp. 57-71). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Madureira, A. F. A. (2007). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, DF. Disponível em:
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1610/1/Tese_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf
- Madureira, A. F. A. (2010). Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. Em A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.), *Gênero e Psicologia Social: interfaces* (pp. 31-63). Brasília: Tecnopolik.
- Madureira, A. F. A & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In A.U. Branco & M.C.S.L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural*, 125-155. Porto Alegre, Brasil: Mediação.
- Madureira, A. F. A. (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as Imagens enquanto Artefatos Culturais. Em J. L. Freitas & E. P. Flores (Orgs.), *Arte e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57-82). Curitiba: Juruá.

- Madureira, A. F. A. (2018). Social Identities, Gender, and Self: Cultural Canalization in Imagery Societies. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 597-614). Cambridge – UK: Cambridge University Press.
- Mariano, F. P. (2016). A Família Patriarcal Contemporânea. *Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS – ES*, 5(5).
- Martins, A. P. (2015). *O sujeito nas ondas do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade*. Revista Café com Sociologia.
- Minayo, M. C. S. (2007). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2015). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade* (pp. 79-108). Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2016). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9 – 28). Petrópolis – RJ: Vozes
- Monteiro, F. S. (2012). *O Papel do Psicólogo no Atendimento às Vítimas e Autores de Violência Doméstica* (Monografia). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Motta, A. O. (2013). *O teatro como palco para o self: entre Winnicott, a arte e a clínica da atenção psicossocial* (Dissertação Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Moreno, J. L. (1975). *O Berço do Psicodrama*. In *Psicodrama*. (pp. 49-69). São Paulo: Editora Cultrix.
- Novaes, J. V. (2011). Beleza e feiúra: corpo feminino e regulação social. Em M. Del Priore & M. Amantino (Orgs.), *História do Corpo no Brasil* (pp. 477-506). São Paulo: Unesp.

- Oliveira, E., Barbosa, L., Moura, A. V., Kossel, K. V., Morreli K. , Botello, L. F. F. & Stoianov, M. (2005). The services for women victims os sexual violence a qualitatif study. *Revista Saúde Pública*, 39(3), 1-6.
- Parker, R. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Pelbart, P. P. (2004). Poéticas da Alteridade. Bordas. *Revista do Centro de Estudos da Oralidade* (1).
- Petroni, A. P. & Pissolatti, L. (2016). As imagens como materialidade artística no trabalho do psicólogo em práticas educativas: possibilidades de ampliação da consciência. Em V. L. T. Sousa, A. P. Petroni & P. C. Andrada (Orgs.), *A psicologia da arte e a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem: intervenções em contextos educativos diversos* (pp. 81-97). São Paulo: Edições Loyola.
- Sabat, R. (2003). Gênero e sexualidade para consumo. Em G. L. Louro; J.F. Neckel & S. V. Goellner (Orgs.). *Corpo Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na Educação* (pp.149-159). Petrópolis,RJ: Vozes
- Sampaio, L. R., Camino, C. P. S. & Roazzi, A. (2009). Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, 29(2) 213-226. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n2/v29n2a02.pdf>
- Santaella, L. (2012). *Leitura de imagens*. São Paulo: Melhoramentos.
- Sawaia, B. B. (2014). Identidade – Uma ideologia separatista?. Em B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 121-129). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Scott, J. (1992). História das mulheres. Em P. Burke (Org.), *A escrita da história: novas perspectivas* (pp. 63-95). São Paulo: Editora Unesp

- Schlundwein, L. M. (2010). Arte e desenvolvimento estético na escola. Em A. Pino; L. M. Schlundwein; A. A. Neitzel (Orgs.), *Cultura, escola e educação criadora* (pp.31-50). Curitiba: CRV.
- Segato, R. L.. (2003). *Las estructuras elementales de la violència. Ensayos sobre género entre la antropología el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Maria Inés Silberberg
- Silva, R. (2014). *Mulheres negras e escolarização: possíveis implicações do Racismo e do sexismo nos processos educativos* (Monografia). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Siqueira, F. B. (2011). A arte terapia Gestaltica como instrumento na clínica individual com clientes esquizofrênicos. *Revista IGT na Rede*, 8, 185-201.
- Tenório, F. (2001). *A psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Timm, F. B., Pereira, O. P., & Gontijo, D. C. (2011). Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 247-259. Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200005&lng=pt&tlng=pt.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Porto Alegre: Artmed
- Vasconcelos, V. (2015). *Os (des)caminhos da mulher: a questão da feminilidade e seus desdobramentos até Freud*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal João Del-Rei, São João Del Rei, MG. Retirado de: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/Publicacoes/Dissertacoes/Vanessa%20Vasconcelos.pdf>

Vieira, A. & Amaral, G. A. (2013). A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher. *Saúde e Sociedade*, 22(2), 403-414. Retirado de:

<https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200012>.

Vigotski, L. S. (1999). *Psicologia da arte*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T.

Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*

(pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.

Zanello, V. (2018) *Saúde mental, gênero e dispositivo cultura e processos de subjetivação*.

Curitiba: Appris

Anexos

Anexo A
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Relações de gênero e os impactos na saúde mental das mulheres: a arte como instrumento de intervenção dos/as psicólogos/as

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira
Pesquisadora assistente: Bruna Ribeiro Lima Barbosa

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é analisar como os estereótipos de gênero presentes na sociedade brasileira podem impactar a saúde mental das mulheres
- Você está sendo convidado a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual virtual sobre o tema focalizado na pesquisa, de forma integrada à apresentação de imagens previamente selecionadas. A entrevista será gravada em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista e a apresentação de imagens para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que a participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada sobre a temática focalizada na pesquisa

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Bruna Ribeiro Lima Barbosa, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone (61) 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira
 Celular: (61) 99658-7755, E-mail: ana.madureira@ceub.edu.br

Bruna Ribeiro Lima Barbosa
Celular:(61) 98121-7070, E-mail: brunaribeirol@sempreceub.br

Endereço dos (as) responsável(eis) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB
Bairro: Asa Norte
Cidade: Brasília - DF
CEP: 70790-075
Telefone p/contato: (61) 3966-1200

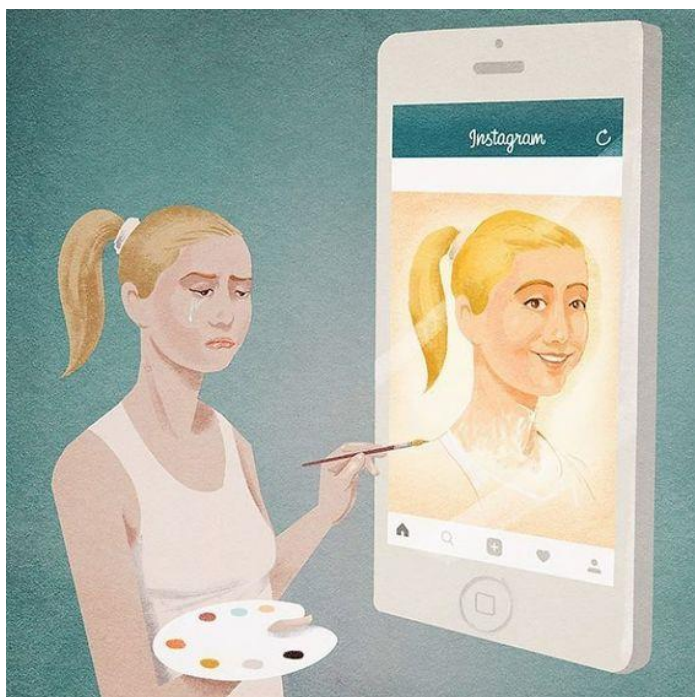
Anexo B

Roteiro de Entrevista

1. Inicialmente, gostaria que você falasse um pouco sobre você (seus interesses, seus gostos, atividades do dia-a-dia).
2. O que é gênero para você?
3. O que é ser mulher para você?
4. Para você, existe uma figura ideal de mulher, ou não? (Se sim, como seria?)
5. O que você entende como “saúde mental”? Você pode me dar um exemplo do que seria estar saudável mentalmente?
6. A respeito de relacionamentos amorosos, o que você considera ser um relacionamento saudável?
7. Para você, as mulheres são mais vulneráveis ou não do que os homens? Por quê?
8. Qual a sua opinião sobre o fenômeno de violência contra as mulheres?
9. Você conhece alguma mulher que tenha sofrido algum tipo de agressão?
10. Em sua opinião o Campo das artes pode ser uma ferramenta para o trabalho de psicólogos(as) ou não? O que você acha? Por que?
11. Você gostaria de acrescentar algo?

Anexo C

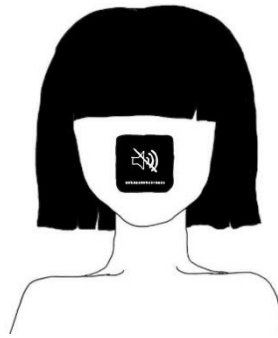
Imagens Seleccionadas



- O que você vê na imagem acima?
- O que você sente diante dessa imagem? Por quê?



- O que você vê na imagem acima?
- O que você sente diante dessa imagem? Por quê?



- O que você vê na imagem acima?
- O que você sente diante dessa imagem? Por quê?



- O que você vê na imagem acima?
- O que você sente diante dessa imagem? Por quê?

Anexo D

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Relações de Gênero e os Impactos na Saúde Mental das Mulheres: A Arte como Ferramenta de Intervenção dos/as Psicólogos/as

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira **Área Temática:**

Versão: 1

CAAE: 51592421.8.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.015.610

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa aborda assuntos relacionados às questões de gênero, saúde mental das mulheres e a arte como instrumento de intervenção dos psicólogos em uma direção educativa. Trata-se de metodologia de investigação qualitativa mediante a realização de entrevistas individuais semiestruturadas virtuais com as participantes, de forma integrada à apresentação de imagens previamente selecionadas. Serão realizadas seis entrevistas individuais semiestruturadas virtuais. É importante destacar que todas as participantes serão pessoas maiores de idade, com diferentes níveis de escolaridade e que tenham tido algum contato com o serviço de psicoterapia em algum momento de suas vidas. Serão selecionadas via rede interpessoal da pesquisadora e não via instituição.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário consiste em analisar como os estereótipos de gênero presentes na sociedade brasileira podem impactar a saúde mental das mulheres.

Os objetivos secundários são: investigar como as mulheres compreendem a violência de gênero e os possíveis impactos na saúde mental em seu cotidiano; analisar as contribuições educativas do Campo das Artes no desenvolvimento de potencialidades referentes à empatia e à sensibilidade na atuação profissional em Psicologia.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No que tange aos riscos, o pesquisador enuncia que "A pesquisa apresenta baixos riscos, considerando que esses riscos são inerentes ao procedimento de entrevista. Portanto, serão tomadas medidas preventivas ao longo das entrevistas com a intenção de minimizar qualquer risco ou incômodo por parte das participantes. Por exemplo, será apresentada a orientação de que não existem respostas certas ou respostas erradas e que é esperado que a participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais. Sendo informado que, caso esse procedimento mesmo assim possa gerar algum tipo de constrangimento para a participante, a mesma não precisará realizá-lo."

Com efeito, trata-se de uma pesquisa com risco mínimo na medida em que implica tão somente a realização de entrevistas com participantes que, conforme os dados do protocolo, não apresentam uma condição específica de vulnerabilidade. Sendo assim, a pesquisa não acarreta para o participante risco maior que os encontráveis na prática dos atos ordinários da vida cotidiana.

O pesquisador aponta os seguintes benefícios: "Ao participar da pesquisa em questão, as participantes colaborarão com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema focalizado na pesquisa".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa proposta apresenta relevância social e acadêmica.

A pesquisa apresenta orçamento adequado do ponto de vista ético.

O cronograma se encontra ajustado às etapas propostas da pesquisa.

O currículo do pesquisador responsável está em consonância com a pesquisa a ser executada.

Com efeito, a presente pesquisa aplica procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, dessa forma, em relação à análise ética desses procedimentos metodológicos essa implica tão somente a verificação dos riscos que ocasionam para o participante e o seu impacto sobre os direitos dos participantes. Ademais, sublinha-se que não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico.

O instrumento que será aplicado aos participantes revela-se adequado, trata-se de entrevistas sobre aspectos pessoais concernentes à vida dos participantes, mas que se revelam razoáveis do ponto de vista da penetração da esfera de privacidade dos indivíduos em face da busca pela produção de conhecimento científico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Resolução nº CNS 466/12, especificamente com seu IV.3, estabelece o Termo de Consentimento

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Livre e Esclarecido. Consoante tal dispositivo, o Termo ora apresenta se encontra adequado.

A Folha de Rosto não se encontra preenchida.

Recomendações:

Recomenda-se que o pesquisador durante a realização da pesquisa cumpra as normas previstas na Resolução CNS nº 466/12, notadamente quanto à sua responsabilidade indelegável e indeclinável de proteção dos direitos dos participantes da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não constam pendências, estando a pesquisa apta a iniciar a coleta de dados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 5.015.610/21, tendo sido homologado na 16ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 24 de setembro de 2021.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	EmailCoordenacao.pdf	29/09/2021 12:27:49	Marilia de Queiroz Dias Jacome	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1821215.pdf	08/09/2021 15:56:59		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoamono.docx	08/09/2021 15:56:05	BRUNA RIBEIRO LIMA BARBOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	08/09/2021 15:53:08	BRUNA RIBEIRO LIMA BARBOSA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	08/09/2021 13:09:15	BRUNA RIBEIRO LIMA BARBOSA	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar	
Bairro: Setor Universitário	CEP: 70.790-075
UF: DF	Município: BRASILIA
Telefone: (61)3966-1511	E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Página 03 de

BRASILIA, 03 de Outubro de 2021

Assinado por:
Marilia de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br